



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

GIORDANA KAROLINE DA SILVA ESTEVÃO

**DIÁLOGO ESCOLA E CASA DE ACOLHIMENTO: UMA
EXPERIENCIA DO PROBEX/UFPB**

JOÃO PESSOA - PB

2018

GIORDANA KAROLINE DA SILVA ESTEVÃO

**DIÁLOGO ESCOLA E CASA DE ACOLHIMENTO: UMA
EXPERIENCIA DO PROBEX/UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para o título de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus de João Pessoa, sob orientação da Profª. Drª Quézia Vila Flor Furtado.

JOÃO PESSOA - PB

2018

E79d Estevas, Giordana Karoline da Silva.
Diálogo escola e Casa de Acolhimento: Uma experiência
do PROBEX/UFPB / Giordana Karoline da Silva Estevas. -
João Pessoa, 2018.
66f.

Orientação: Quêzia Vila Flor Furtado Furtado.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Acolhimento institucional. 2. Escolarização. 3.
Adolescentes. 4. Escola. 5. Diálogo. I. Furtado, Quêzia
Vila Flor Furtado. II. Título.

UFPB/BC

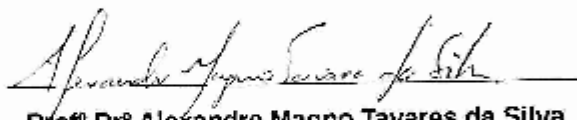
GIORDANA KAROLINE DA SILVA ESTEVÃO

**DIÁLOGO ESCOLA E CASA DE ACOLHIMENTO: UMA
EXPERIÊNCIA DO PROBEX/UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para o título de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus de João Pessoa.

Aprovado em 20/06/2018

BANCA EXAMINADORA



Profº Drº Alexandre Magno Tavares da Silva

Universidade Federal da Paraíba

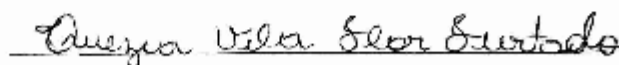
(Membro da Banca Examinadora)



Profª Drª Maria da Conceição Gomes de Miranda

Universidade Federal da Paraíba

(Membro da Banca Examinadora)



Profª Drª Quêzia Vila Flor Furtado

Universidade Federal da Paraíba

(Orientadora)

A Deus, o que seria de mim sem a fé que eu tenho Nele, a minha família e amigos que estiveram presentes nesse momento tão importante da minha formação.

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a Deus por ter sido meu sustentador por todos esses anos de graduação, sem o conhecimento da sua palavra e do seu amor nada do que vivi até agora seria possível. A minha fé me mostrou que grandes coisas são possíveis para aqueles que creem.

A minha mãe, Maria Luzineide que mesmo sem ter passado por uma universidade sempre acreditou e contribuiu para que eu estudasse e me formasse no curso que eu sempre sonhei. Se não fosse as suas palavras e atitudes de força nada disso seria possível, a minha eterna gratidão a essa mulher forte e determinada que meu a vida e me mostrou quão valiosa ela é.

Ao meu pai, José Giolito que mesmo de longe se mostrou confiante e feliz ao me ver trilhando caminhos tão satisfatórios.

Aos meus irmãos Josué Davi e Segundo Estevão pela graça de terem feito parte da minha infância na qual já brincávamos de escolinha e nos divertíamos sem saber o que o futuro nos reservava, dos dias felizes da nossa infância a eternidade o meu carinho e amor por vocês.

Ao meu companheiro Miguel Pedrosa por esses anos de cuidado e atenção, por ter ficado ao meu lado em momentos tão difíceis da minha vida. Apesar de sermos jovens soubemos fortalecer um ao outro, tens a minha enorme gratidão e saiba que parte dessa conquista é sua.

A minha filha Ariel Luíza que ainda no ventre já desperta sentimentos inexplicáveis em meu ser, você veio na hora que eu mais precisava de fortalecimento. Deus te enviou para que eu pudesse sonhar novamente e não esquecer das promessas que Ele me fez e do seu infinito amor.

Aos meus amigos de curso e de vida Félix Farias e Gessica Maria por ter compartilhado comigo esses anos de graduação no qual sorrimos, choramos, brigamos, mas tivemos a certeza do quanto vale um amigo. Apesar dos dias cansados desse ultimo semestre ter o apoio de vocês me aliviou bastante, obrigada Gessica por ter gasto seu tempo para me ajudar com a formatação do trabalho e pelas tentativas de me ensinar sobre a ABNT.

A minha orientadora Quézia Vila Flor por ter confiado e acreditado em mim em todos esses anos como aluna, voluntária e bolsista. Sem a oportunidade que recebi de participar do PROLICEN em 2016 não sei o que seria da minha vida acadêmica, obrigada por ter feito com que meu percurso na UFPB ganhasse sentido. Que fique expresso aqui a minha enorme gratidão a você Flor, referência de pessoa e professora na qual eu só tenho a agradecer. Agradeço também as palavras de incentivo quando me entristeci e até pensei em adiar meus planos e sonhos, saiba que você foi uma das grandes incentivadoras para a conclusão desse trabalho, foram vários projetos desde 2016 no qual eu só evoluo como aluna, profissional e como pessoa.

Agradeço também aos professores que fazem parte dessa banca Alexandre e Conceição no qual eu tive o prazer de ser aluna, saibam que vocês despertaram em mim um sentimento de pesquisadora, de buscar mais conhecimentos e me superar como futura profissional da educação. Continuo agradecendo a professora Conceição por ter me acolhido no PROBEX/2017 o qual me possibilitou o desenvolver dessa pesquisa sem a sua contribuição nada disso seria possível.

Apesar das dificuldades ao longo desses meses e forças contrárias que quase me fizeram desistir, aqui estou graças a fé que tenho em Deus e na vida. Eu só tenho a agradecer e afirma que há tempo determinado para tudo abaixo do céu, Eclesiastes 3.

“Acolhimento: É a arte de interagir, construir algo em comum, descobrir nossa humanidade mais profunda na relação com os outros e com o mundo natural. E deixar que os outros descubram em nós sua humanidade e o mundo nos mostre a sua amplitude.”

(Humberto Mariotti)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aborda sobre o acolhimento institucional e tem como objetivo geral analisar a relação dos profissionais de educação das escolas públicas de João Pessoa e as Casas de Acolhimento em que seus alunos residem, e como objetivos específicos: identificar a concepção dos profissionais da educação em relação aos adolescentes residentes em casas de acolhimento; verificar ações de diálogo entre a escola e as casas de acolhimento; refletir a importância de investir na relação escola e casa de acolhimento na promoção da escolarização dos adolescentes. Os fundamentos teóricos da pesquisa contemplam o contexto histórico dos acolhimentos institucionais no Brasil e o direito das crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente na atualidade, utilizando como a parte teórica Charlot (2000), Silva (2013), Rizzini; Rizzini (2004), Paulo Freire (1996), Baptista (2006). Além do levantamento bibliográfico foram consultados documentos como: CONANDA; CNAS (2009), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Uma pesquisa qualitativa, exploratória-descritiva no qual teve como fonte de pesquisa entrevistas informais e questionários feitos aos professores e gestor da Escola, coordenador e psicólogo da Casa de Acolhimento. Os dados da pesquisa foram analisados de acordo com a técnica Análise qualitativa (GIL,2008). Os resultados obtidos indicam que os profissionais da Escola revelam uma concepção confusa sobre os alunos acolhidos, a ausência de diálogo entre as Casas de Acolhimento e as Escolas nas quais seus adolescentes estudam e a necessidade que haja a promoção desse dialogo para um melhor desenvolvimento no processo de escolarização desses alunos.

Palavras-Chaves: Acolhimento Institucional. Escolarização. Adolescentes. Escola. Dialogo.

RÉSUMÉ

Le présent Travail de Constat de Cours (TCC), il aborde sur la réception institutionnelle et a comme l'objectif général analyser la relation entre les professionnels de l'éducation des écoles publiques de João Pessoa et les Maisons d'Accueil où résident ses étudiants, et comme objectifs spécifiques : identifier le conception des professionnels de l'éducation en relation aux adolescents résidents en des maisons d'accueil ; vérifier les actions de dialogue entre l'école et les maisons d'accueil; refléter l'importance d'investir dans la relation entre l'école et les Maisons d'Accueil dans la promotion de la scolarisation des adolescents. Les fondements théoriques de la recherche comprennent le contexte historique d'accueil institutionnelles au Brésil et le droit des enfants et adolescents accueillis institutionnel dans l'actualité, utilisation comme la partie théorique Charlot (2000), Silva (2013), Rizzini; Rizzini (2004), Paulo Freire (1996), Baptista (2006). En plus de l'enquête bibliographique ont été consultés documents comme: CONANDA; CNAS (2009), Statut de l'Enfant et l'Adolescent (ECA 1990). Une recherche qualitative, exploratoire –descriptive, il eut comme source de recherche questionnaires et entretiens informels aux enseignants, et directeur de l'école, coordonnateur et psychologue de les Maisons d'Accueil. Les données de recherche ont été analysées selon la technique d'Analyse qualitative (GIL,2008). Les résultats obtenus indiquent que les professionnels de l'école révèlent un confus sur les étudiants accueillis, le manque de dialogue entre les écoles et maisons d'accueil qui leur adolescence étudier et la nécessité pour la promotion de cette dialogue pour un meilleur développement dans les processus de formation de ces étudiants.

Mots-clés: Accueil Institutionnel.Scolarité. Adolescents. École. Dialogue

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
SAM	Serviço de Assistência aos Menores
SAICA Adolescentes	Serviço de Acolhimento Institucional Para Crianças e

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. BREV E HISTÓRICO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO NO BRASIL	16
2.1 A história do acolhimento institucional no Brasil.....	16
2.1.1 Atualidade do acolhimento institucional	20
2.1.2 Apresentação dos serviços de acolhimento institucional	23
3. O DIREITO A EDUCAÇÃO E A ESCOLARIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES RESIDENTES EM CASAS DE ACOLHIMENTO	27
3.1. A garantia do direito a educação frente as situações de desigualdade social---	27
3.1.1 Processo de escolarização dos adolescentes acolhidos	31
4. PERCURSO METODOLÓGICO	34
4.1 Cenário da pesquisa	37
4.1.1 Sujeitos da pesquisa	38
5. A RELAÇÃO DA ESCOLA E AS CASAS DE ACOLHIMENTO: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	39
5.1 A concepção dos profissionais da educação sobre os estudantes acolhidos institucionalmente.....	39
5.1.1 Inquietações e dificuldades para realizar a mediação do processo de escolarização dos alunos acolhidos	42
5.2 Diálogo entre a Casa de Acolhimento e a escola	47
5.3 Uma reflexão sobre a relação da Casa de Acolhimento e escola e a sua importância na promoção da escolarização dos alunos acolhidos institucionalmente	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE	

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho refere-se a adolescentes que vivenciaram situações de violação dos seus direitos e atualmente residem em acolhimento institucional pois, viveram em suas famílias situações de vulnerabilidade física e/ou psicológica, e são encaminhadas para os Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade, para sua garantia de proteção integral.

Quando os vínculos familiares são rompidos ou fragilizados as crianças e adolescentes são encaminhadas a esse serviço de proteção, a quebra de vínculo com a família geradora é um processo árduo para esses indivíduos causando-lhes um grande impacto no seu desenvolvimento social, emocional e consequentemente cognitivo.

Minha primeira participação em um projeto de pesquisa na UFPB foi como bolsista no PROLICEN/2016 intitulado Jovens na educação de jovens e adultos em busca da superação no processo de escolarização, para o qual tivemos como objetivos: Promover grupos de estudo e de intervenção diante das dificuldades e necessidades dos jovens no processo de escolarização; Possibilitar o desenvolvimento de estratégias-didático pedagógicas no trabalho com a identidade e motivação dos alunos para superação das situações de fracasso.

Neste projeto tive o contato com vários jovens e adultos que vivenciaram situações de fracasso escolar ao longo da sua vida e demonstravam certa desmotivação com o processo educacional em que estavam inseridos.

Através dessa experiencia foi despertado em mim o interesse sobre entender e pesquisar mais sobre a Educação de Jovens advindos de comunidades populares e escolas publicas e no mesmo ano tive a oportunidade de participar como voluntaria de outro projeto que para minha surpresa se assemelharia bastantes com algumas inquietações que foram despertadas no Prolicen/2016.

Com a minha participação como voluntária no projeto PROBEX/2016 A escolarização que promove superação de dificuldades e necessidades de aprendizagem da vida de adolescentes residentes em casas de acolhimento, eu me aproximei da realidade de Casas de Acolhimento em João Pessoa, no qual atuava no Acompanhamento Pedagógico Personalizado em uma das casas como mediadora educacional de uma das adolescentes de 17 anos, ali residente.

A minha função como mediadora era desenvolver juntamente com a adolescente atividades inspiradas no programa “Fazendo a Minha História¹”, no qual a adolescente confeccionava seu diário, escrevendo sobre memórias e/ou situações significativas.

Para o desenvolvimento destas ações, fiz anteriormente uma diagnose com a adolescente para que assim pudesse extrair algumas informações sobre ela e em uma conversa informal conhecê-la mais, fazendo posteriormente uma visita a escola para saber como era a adolescente no âmbito escolar.

Foi a partir de uma conversa com os professores que eu senti a necessidade que havia de uma melhor relação Casa de Acolhimento e a Escola na qual essa adolescente estudava. Alguns professores não sabiam nem que tinham alunos que, residiam em Casas de Acolhimento, os que sabiam desconheciam o que eram essas casas e como elas atuavam e o porquê desses adolescentes ali residirem.

Sabemos a importância do professor para o desenvolvimento social e educacional do aluno e se tratando de uma adolescente que reside em Casa de Acolhimento não seria diferente. A ausência de informações dentro da escola sobre essa realidade deixou-me inquieta, considerando que foi apenas uma visita a escola e tantas questões para analisar e refletir.

O projeto seguiu seu percurso ao longo do ano de 2016 e concluiu os objetivos propostos para aquele ano, no ano seguinte passei na seleção como bolsista do Projeto: PET/Conexões de Saberes – Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas que atuaria com o mesmo público alvo, adolescentes residentes em Casas de Acolhimento. Através do subprojeto LEHIA - Letramento e Escolarização a partir de Histórias Individuais para Autonomia. No ano de 2017 o PET/Conexões de Saberes ampliaria as ações que aconteceram no PROBEX/2016.

A minha atuação no PET foi como mediadora das oficinas de leitura e escrita que aconteciam nas três Casas de Acolhimento em que o projeto atuava, essas oficinas tinham como objetivo a construção de um material feito por eles mesmo no qual fosse possível contar um pouco da história de vida de um adolescente acolhido institucionalmente.

¹ O programa oferece meios de expressão para que cada criança ou adolescente acolhido conheça e se aproprie de sua história de vida. <http://www.fazendohistoria.org.br/fazendo-minha-historia/>

No decorrer das oficinas foi perceptível a dificuldade de alguns dos adolescentes com a leitura e a escrita, a maioria dos adolescentes que acompanhei nas três Casas apresentavam distorção idade/ano na escola, no qual dificultava nossa ação mas não nos impediu de continuar o processo até o fim e elaborar o livreto intitulado: *O diário dos/as adolescentes*, com três capítulos: Quem somos nós, O que gostamos de fazer e Nosso projeto de vida.

Com as demandas identificadas de fragilidade no diálogo entre as Casas de Acolhimento e as Escolas, um outro projeto surgiu no atendimento a esta necessidade, o Projeto PROBEX 2017 Diálogo e intervenção na mediação pedagógica da escola com adolescentes residentes em casas de acolhimento e em parceria com o projeto Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas, eu atuava na mediação de suas ações somando as minhas inquietações que se originaram na atuação com o PROBEX 2016, direcionando assim a minha intenção de pesquisa e elaboração deste trabalho.

Neste projeto PROBEX 2017 eu participava dos encontros que eram feitos em três escolas na qual tinham alunos que residiam em Casas de Acolhimento. O objetivo do projeto era sensibilizar os professores envolvidos e lhes mostrar como era a vida de um adolescente residente em casa de acolhimento.

As nossas idas as escolas causaram certo desconforto há um número pequeno de professores que pareciam não se importar com a condição daquele seu aluno ou por achar que nada mudaria, já os que se dispuseram a participar dos encontros se mostraram com dúvidas e até mesmo sem nenhum conhecimento sobre as Casas de Acolhimento. Mais uma vez a preocupação que tive no PROBEX/2016 ressurgiu nessas novas idas as escolas, a falta de diálogo entre Casa de Acolhimento e a Escola.

Partindo de algumas questões que foram levantadas nesses encontros e atentando as minhas experiências nas escolas tomei a decisão de pesquisar mais sobre esse contexto que tem me inquietado ao decorrer desses dois anos, me impulsionando a questionar: Como é a relação dos profissionais de educação das escolas públicas de João Pessoa e as Casas de Acolhimento em que seus alunos residem?

Para investigar e responder a questão norteadora indicada, este TCC tem como objetivo geral analisar a relação dos profissionais de educação das escolas

públicas de João Pessoa e as Casas de Acolhimento em que seus alunos residem, e como objetivos específicos: identificar a concepção dos profissionais da educação em relação aos adolescentes residentes em casas de acolhimento; verificar ações de diálogo entre a escola e as casas de acolhimento; refletir a importância de investir na relação escola e casa de acolhimento na promoção da escolarização dos adolescentes.

O TCC está organizado do seguinte modo: o primeiro capítulo apresenta os fundamentos históricos e atuais do Acolhimento Institucional no Brasil. O capítulo seguinte trás o direito a educação e a escolarização dos adolescentes que residem nas Casas de Acolhimento. Posteriormente se caracteriza a metodologia que foi usada para desenvolver a pesquisa, descrevendo os sujeitos participantes e os lócus da pesquisa. Por fim, as análises e considerações a que cheguei, até este momento, com a realização do estudo.

2 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO NO BRASIL

O presente capítulo tem como objetivo destacar o processo histórico e atual da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, apontando aspectos importantes ao decorrer da história do assistencialismo da infância e da adolescência até os dias de hoje.

2.1 A História do acolhimento institucional no Brasil

Desde o período colonial quando os portugueses chegaram ao Brasil e se deparam com os indígenas resolveram investir na catequização para facilitar a colonização, perante a resistência dos índios a cultura europeia que queriam lhe impor “(...) os padres resolveram investir na educação e na catequese das crianças indígenas, consideradas “almas menos duras”. (BAPTISTA, 2006). Sendo assim muitas dessas crianças foram afastadas a força de suas tribos e levadas as Casas de Muchachos que era custeada pela Coroa portuguesa, essas casas também abrigavam órfãos e enjeitados vindos de Portugal, uma instituição semelhante aos abrigos e internatos que existem até hoje.

Ainda durante o período de colonização a prática de abandono a bebês e crianças foi introduzida na América, Baptista (2006, p. 26) afirma que:

A situação de miséria, exploração e marginalização, aliadas as dificuldades de apropriação do modelo europeu de família monogâmica e indissolúvel, levou os moradores da terra a seguirem o exemplo dos descendentes de espanhóis ou de portugueses, de abandonar seus filhos. Nos séculos XVI e XVII, já podiam ser encontradas crianças brancas e mestiças perambulando, esmolando, vivendo entocadas nos matos ao redor das vilas. A infraestrutura destinada aos cuidados dessas crianças não refletia nenhuma preocupação com elas.

As crianças abandonadas ficavam a mercê da sorte, nas ruas onde eram abandonadas muitas delas eram devoradas por animais ou morriam de fome. Algumas eram acolhidas por motivo de caridade ou para servir de mão de obra para as famílias que as encontravam. Sendo assim foram criadas as primeiras instituições para cuidar de crianças abandonadas, o atendimento as necessidades da população foi entregue à igreja que o fazia por meio das Santas Casas de Misericórdia ou Rodas dos Expostos, que de acordo com Baptista (2006, p. 26).

Foi apenas no século XVIII que surgiram as primeiras instituições de proteção a criança abandonada. Foram implantadas as três primeiras rodas de expostos em terras brasileiras: em Salvador (1726), no Rio de Janeiro (1738) e em Recife (1789). Marcilio (2003, p. 55 *apud* BAPTISTA 2006, p. 26) nos conta que “a quase totalidade desses pequenos expostos nem chegavam à idade adulta. A mortalidade dos expostos, assistidos pela roda, pelas câmaras ou criados em famílias substitutas, sempre foi a mais elevada de todos os segmentos sociais do Brasil incluindo neles os escravos”

Indícios revelados por higienistas atentaram para uma preocupação ao uso das rodas, a alta mortalidade de crianças que eram sujeitas aquele método assistencial. Sendo reconhecida como um ato perverso, já que os expostos acabavam morrendo antes que fossem recolhidos ou até mesmo nas instituições por falta do auxílio necessário.

No final do século XIX e início do século XX houve um aumento significativo da miséria e do abandono de crianças, segundo Baptista (2006, p. 28):

A emergência de novas categorias sociais em razão da diversificação da economia, do crescimento demográfico, da concentração urbana das populações, do aumento dos índices de pobreza e sua maior visibilidade punha em evidência, nos primeiros anos do século XX, a criança e o adolescente abandonados, chamados de menores em situação irregular, ou menores infratores, exigindo políticas públicas que respondessem questão tal como vinha se configurando.

Havendo a necessidade de se criar políticas públicas com fins de regulamentar a assistência e a proteção dessas crianças e adolescentes foi criado em 1923 o Juizado de menores. O decreto N° 16.272, de 20 de dezembro de 1923 garante que os menores abandonados ou delinquentes de qualquer sexo seriam recolhidos e abrigados aos cuidados e responsabilidade do estado até receberem seu destino provisório ou definitivo. De acordo com Baptista (2006, p. 29):

Em 1927, por meio do Decreto n° 17.943-A, foi constituído o Código de Menores, que se tornou conhecido como Código Mello Mattos, consolidando as leis de assistências e proteção a menores. O código divide os menores em abandonados e delinquentes. Trata dos infantes expostos crianças de até 7 anos encontradas em estado de abandono e explicita as características que identificam essa situação: as condições de habitação, de subsistência, de negligência, de exploração e de maus-tratos.

O Código de Menores também proibiu o sistema das Rodas e passou a ser exigido que os bebês fossem entregues diretamente a funcionários das entidades, garantindo-lhe ainda o anonimato dos pais e que as crianças fossem registradas

como lhe é de direito. O termo “menor” era usado para se referir a crianças e adolescentes que viviam em situação de rua.

Em 1941 o governo brasileiro criou um órgão federal o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), almejando a assistência a menores abandonados ou desvalidos mantendo o modelo proporcionado pelos Juízes de Menores. “No entanto, está longe de ser o órgão idealizado pelos juízes: subordinado ao Ministério da Justiça, surge sem qualquer autonomia financeira e independente do Juizado de Menores. Somente em 1944, ele se torna um órgão de alcance nacional” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.33).

Se tornou um modelo de sistema penitenciário para menores de idade, ficando conhecido no final da década de 1950 como “escola do crime”, “famigerado”, “sem amor ao menor”. Ganhando visibilidade por ser tratado como fábrica de criminosos, após várias denúncias e escândalos sobre os acontecimentos que ocorriam dentro dos internatos o SAM foi extinto e uma nova proposta de instituição surgiu, a FUNABEM (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) criada em 1964. “A Fundação tinha por missão inicial instituir o “Anti-SAM”, com diretrizes que se opunham àquelas criticadas no SAM” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.35), porém repetiu o mesmo modelo de confinamento do SAM a mesma doutrina de internato, violências e maus tratos praticados contra crianças e adolescentes.

“Até esse momento, a expressão internato de menores era utilizada para designar todas as instituições de internação provisória ou permanente, voltadas ao atendimento tanto dos órfãos e abandonados ou “carentes” quanto dos julgados pela justiça e classificados como delinquentes ou infratores”. (ASSIS e FARIAS 2013, p.25)

Outro momento bastante significativo para área da infância e adolescência durante o período do governo militar foi a revisão do Código de Menores de 1927 que deu origem ao Código de Menores de 1979. Porém o novo código “consagrou a noção do “menor em situação irregular”, ou seja, manteve a visão da criança marginalizada como problema e “patologia social”. Caberia ao Juiz de Menores intervir na suposta irregularidade, que englobava a privação de condições essenciais à subsistência e omissão dos pais até a autoria de infração penal”. (ASSIS e FARIAS 2013, p.26)

A partir da década de 80 com a redemocratização do país se iniciaram fortes questionamentos sobre as reais necessidades sociais e políticas que vinham sendo aplicadas para os chamados “menores”. A pressão aumentou após estudos feitos por alguns profissionais que questionavam sobre a forma que esse assistencialismo era prestado a crianças e adolescentes tidos como abandonados ou delinquentes, há relatos cruéis sobre a forma que esses “menores” eram tratados nas instituições que se igualavam a verdadeiros depósitos de crianças.

Com a promulgação da nova Constituição Federal de 1988 houve o aumento da conscientização em relação ao campo de Direito da Criança e do Adolescente, promovendo importantes conquistas para os movimentos em defesa da infância e adolescência, em especial a inclusão do art. 227, capítulo VII da Constituição assegurando que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

O artigo garante as crianças e adolescentes direitos que até então foram negados com a cultura da institucionalização desde a colonização do país até o período da redemocratização. Tornando-se sujeitos de direitos resguardadas pelo Estado que se compromete a oferecer proteção, cuidado, respeito aos seus valores étnicos e culturais lutando contra violência, maus tratos, exploração e opressão.

Representando um marco histórico no âmbito internacional dos direitos da criança e do adolescente em 20 de novembro de 1989 a Convenção sobre os Direitos das Crianças foi adotada pela Assembleia das Nações Unidas e ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990. Foi a partir desse contexto que resultou a regulamentação do artigo 227 da Constituição Federal, “que introduz conteúdo e enfoque próprios da Doutrina de Proteção Integral da Organização das Nações Unidas, trazendo os avanços da normativa internacional para a população infanto-juvenil brasileira.” (Lorenzi, 2016)

Como consequência dessa conjuntura nacional e internacional diversos movimentos sociais fizeram a reivindicação da regulamentação do artigo 227 da

Constituição Federal culminando em 1990 a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL,1990).

2.1.1 Atualidade do acolhimento institucional

O Estatuto da Criança e do Adolescente ECA instituiu as medidas de proteção à criança e ao adolescente, de acordo com ECA (art. 98, capítulo I), “são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta”. Sendo assim, possivelmente pode ser aplicada pelas autoridades competentes a medida protetiva de acolhimento institucional (ECA, art.101, VII).

Sobre as mudanças que aconteceram a partir da Lei Nº 12010/09 que trata da adoção e altera os fundamentos dos Abrigos, tornando-os em Instituição de Acolhimento, conforme descrito no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária. Trouxe alterações à Lei nº. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), buscando aprimorar a organização por ela definida para adequação do direito a familiaridade para as crianças e adolescentes brasileiros.

Sendo assim de acordo com o parágrafo um do artigo 101 do ECA (BRASIL, 2009).

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”.

Sabendo-se que o acolhimento institucional só é realizado mediante a autorização judiciária com a ciência do Ministério Público e após ser analisado por uma equipe técnica, atentando para que seja garantido todos os direitos da criança ou adolescente que será acolhido. Destaca-se que segundo o Art. 92 do ECA (BRASIL, 2009) (BRASIL, 1990), “as entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios:

I. Preservação dos vínculos familiares;

- II. Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III. Atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV. Desenvolvimento de atividades em regime de coeducação;
- V. Não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI. Evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII. Participação na vida da comunidade local;
- VIII. Preparação gradativa para o desligamento;
- IX. Participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Todas essas recomendações devem ser seguidas atentando para as repercussões que a institucionalização ocasionara tanto no acolhido quanto para a sua família, buscando sempre alternativas que preze pelo menor prejuízo nos processos pessoais e intelectuais da criança ou adolescente. A preocupação quanto à reinserção familiar deve acontecer desde o momento que a criança se encontra institucionalizada, esse processo deve ser fortalecido e todos os esforços devem ser realizados para preservar o convívio familiar. O processo de perda do poder da família só é iniciado quando não a possibilidade de retorno a família de origem, só quando todos os recursos legais forem zerados as crianças e adolescentes podem ser colocados aptos a adoção.

Pesquisas que foram realizadas em 2003 com o intuito de conhecer o perfil e como funcionam as instituições que acolhem crianças e adolescentes destaca segundo o “Levantamento Nacional de abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC)”, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a nível nacional aponta a Região Sudeste com o maior número de instituições de acolhimento seguido das Regiões Sul e Nordeste. Ainda de acordo com esse Levantamento os principais motivos para a criança ou adolescente continuar na instituição de acolhimento e não retornar a sua família de origem são: abandono (18,9%), pobreza (24,2%), violência doméstica (11,7%) e dependência química dos pais ou responsáveis, inclui-se o alcoolismo (11,4%).

Como os dados mostram a pobreza é o principal motivo que levam crianças e adolescentes a medida de acolhimento institucional, é importante ressaltar o que é

colocado no artigo 23 do ECA (BRASIL 2009, 2016) de que a “falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar” e

“não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção.”

A falta de políticas públicas de apoio ou auxílio as famílias mais carentes nos alertam para o descumprimento da lei, que se estivesse sendo articulada de forma correta poderia diminuir o índice de institucionalizações.

Outro fato importante destacado pelo Levantamento Nacional foi o período prolongado que crianças e adolescentes passam no acolhimento institucional, averiguou-se que 55,2% estão nas instituições durante um período de sete meses a cinco anos e 32,9% por um período que varia de dois a cinco anos. Contradizendo o que é instituído pelo ECA (BRASIL,1990) (BRASIL, 2017) que diz que a permanência da criança ou adolescente não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses) e que ressalta o acolhimento institucional e o acolhimento familiar como medidas provisórias e excepcionais. E a cada 3 (três) meses terá sua situação reavaliada devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

De acordo com Oliveira o prolongamento do período de acolhimento diz respeito (2006, pg.44)

Além da fragilidade estrutural na oferta de estímulo e da falta de condições que propiciem a reintegração familiar, a entrada de uma família no sistema de Justiça composto de abrigos, Conselhos Tutelares e Judiciário frequentemente dificulta o desabrigamento e prolonga a institucionalização, uma vez que esse retorno é submetido a avaliação.

Podemos destacar que o acolhimento se prorroga devido à ausência de meios que beneficiem a reintegração familiar, com a permanência prolongada nas instituições dessa forma faz com que a criança e o adolescente em fase de construção da identidade, da autoestima e da aquisição de competências cognitivas, psicológicas e sociais passem a ter como referência a instituição de acolhimento na

qual faz parte. Por isso a preocupação em relação a qualidade e como esses serviços e cuidados estão sendo oferecidos, cada instituição de acolhimento está organizada de acordo com a sua estrutura física, forma de organização e funcionamento. Mas todas devem priorizar a construção de vínculo e de confiança com os acolhidos (MOREÍ; SPERANCETTA, 2010).

O desligamento da instituição da criança ou do adolescente é outro fator importantíssimo, considerando de acordo com (CONANDA; CNAS, 2009, p.60).

o serviço de acolhimento deve promover um processo de desligamento gradativo, com o preparo da criança/adolescente, oportunizando-lhe a despedida necessária do ambiente, dos colegas, dos educadores/ cuidadores e dos demais profissionais. Além da criança e do adolescente, devem ser previamente preparados também os educadores/cuidadores e demais crianças/adolescentes com as quais tenham mantido contato em razão do acolhimento, assim como todos os membros das famílias acolhedoras. Nesse sentido, podem ser viabilizados rituais de despedida, atividades em grupo com as crianças e os adolescentes para tratar do desligamento, etc. É importante que a família de origem (natural ou extensa) ou a família adotiva sejam acompanhadas após a saída da criança/adolescente do serviço.

Outra forma de desligamento da instituição acontece quando no período de institucionalização o adolescente não restabeleceu seus vínculos familiares e comunitários e não foi direcionado para uma família substituta. Dessa forma o desligamento institucional deve acontecer obrigatoriamente quando esse acolhido atingir a maioridade.

2.1.2 - Apresentação dos serviços de acolhimento institucional

De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes que propõe ajustamento sucessivo ao Estatuto da Criança e do Adolescente, ao Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, à Política Nacional de Assistência Social e ao Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças.

São estabelecidos parâmetros para a organização dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes que podem ser oferecidos em diversas modalidades: Abrigos Institucionais; Casas Lares; Famílias Acolhedoras e Repúblicas. Que de acordo com o Capítulo II das entidades de atendimento, seção I

das disposições gerais do ECA esses acolhimentos institucionais devem seguir tais orientações em seu funcionamento (BRASIL,2009):

“Art. 90. IV - Acolhimento institucional;

§ 1º As entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária.

§ 2º Os recursos destinados à implementação e manutenção dos programas relacionados neste artigo serão previstos nas dotações orçamentárias dos órgãos públicos encarregados das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros, observando-se o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente preconizado pelo caput do art. 227 da Constituição Federal e pelo caput e parágrafo único do art. 4º desta Lei.

§ 3º Os programas em execução serão reavaliados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no máximo, a cada 2 (dois) anos, constituindo-se critérios para renovação da autorização de funcionamento:

I - o efetivo respeito às regras e princípios desta Lei, bem como às resoluções relativas à modalidade de atendimento prestado expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em todos os níveis;

II - a qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido, atestadas pelo Conselho Tutelar, pelo Ministério Público e pela Justiça da Infância e da Juventude;

III - em se tratando de programas de acolhimento institucional ou familiar, serão considerados os índices de sucesso na reintegração familiar ou de adaptação à família substituta, conforme o caso.” (NR)

Essas orientações precisam ser estabelecidas segundo a cultura local e a realidade na qual o serviço de acolhimento está inserido para que não perca a qualidade desse serviço, garantido a integridade física e psicológica da criança. Entre as modalidades de acolhimento que são oferecidas eu pude ter contato para realizar a pesquisa com Abrigos Institucionais que são conhecidas como Casas de Acolhimento no município de João Pessoa e Casa Lar. Conforme as Orientações técnicas de serviços de acolhimentos (CONANDA; CNAS, 2009, p. 67), o abrigo institucional é definido como:

Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas

famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.

Esse serviço deve atender a crianças e adolescentes com idade entre 0 a 18 anos sob medida protetiva de abrigo com um número máximo de 20 crianças e adolescentes por instituição. As Casas não devem ter indicações por placas, para evitar que hajam aspectos negativos que estigmatizem as crianças e adolescentes que ali residem. Importante salientar algumas especificidades dessa modalidade de acolhimento de acordo com (CONANDA; CNAS, 2009, p. 68) devem ser evitadas tais como.

adotar faixas etárias muito estreitas, direcionar o atendimento apenas a determinado sexo, atender exclusivamente ou não atender crianças e adolescentes com deficiência ou que vivam com HIV/AIDS. A atenção especializada, quando necessária, deverá ser assegurada por meio da articulação com a rede de serviços, a qual poderá contribuir, inclusive, para capacitação específica dos cuidadores. O atendimento especializado, quando houver e se justificar pela possibilidade de atenção diferenciada a vulnerabilidades específicas, não deve prejudicar a convivência de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco (irmãos, primos, etc), nem constituir-se motivo de discriminação ou segregação. Desta forma, a organização da rede local de serviços de acolhimento deverá garantir que toda criança ou adolescente que necessite de acolhimento receberá atendimento e que haverá diversificação dos serviços ofertados, bem como articulação entre as políticas públicas, de modo a proporcionar respostas efetivas às diferentes demandas dos usuários.

Os abrigos institucionais com os quais eu tive contato seguiam esse modelo de funcionamento, localizados em áreas residências de bairros da cidade de João Pessoa atentavam para que esses direitos fossem garantidos as crianças e adolescentes que ali estão, outro serviço de acolhimento no qual eu frequentei foi a Casa Lar que de acordo com as Orientações Técnicas (CONANDA; CNAS, 2009, p.74) esse:

Serviço de Acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes

afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. Esse tipo de serviço visa estimular o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar, promover hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade. Com estrutura de uma residência privada, deve receber supervisão técnica, localizar-se em áreas residenciais da cidade e seguir o padrão-sócio econômico da comunidade onde estiverem inseridas. O serviço deve organizar ambiente próximo de uma rotina familiar, proporcionar vínculo estável entre o educador/cuidador residente e as crianças e adolescentes atendidos, além de favorecer o convívio familiar e comunitário dos mesmos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local, devendo atender a todas as premissas do Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, e oferecimento de oportunidades para a (re) inserção na família de origem ou substituta.

Deve atender no máximo 10 crianças e adolescentes com a faixa etária de 0 a 18 anos sob medida protetiva de abrigo, a principal diferença entre o Abrigo Institucional e o serviço oferecido pela Casa Lar é o número reduzido de crianças e adolescentes atendidos e a presença do educador/cuidador que reside na casa lar e tem a mesma como sua residência fixa.

3 O DIREITO A EDUCAÇÃO E A ESCOLARIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES RESIDENTES EM CASAS DE ACOLHIMENTO

O presente capítulo trata da garantia ao direito a educação dos adolescentes acolhidos institucionalmente, apresentarei alguns fatores que devem ser considerados como influenciadores no contexto pessoal e social desse indivíduo, evidenciando a família e a escola como meios de total importância para o seu desenvolvimento. Trazendo também a discussão sobre o processo de escolarização dos alunos que residem no acolhimento institucional através das contribuições de Charlot 2000 e Freire 1996.

3.1 A garantia do direito a educação frente as situações de desigualdade social

Reconhecendo a escola como espaço fundamental para a garantia do direito a convivência comunitária e na construção dos meios afetivos, emocionais e sociais que facilitaram na integração da criança e do adolescente no âmbito social e diretamente no seu rendimento nos estudos. Destaca-se a escola como umas das prioridades asseguradas pelo ECA (1990), sendo ela outro fator importante na articulação dos serviços de acolhimento.

No capítulo IV do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) diz que:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

A educação deve ser vista e reconhecida como algo de direito das crianças e adolescentes independente do contexto em que vivem. Não se pode negar ou excluir esse direito aos adolescentes que residem nos acolhimentos institucionais do município de João Pessoa.

No decorrer do texto trouxe de acordo com o Levantamento Nacional os principais motivos que levam ao acolhimento de crianças e adolescentes no país, são eles o abandono, a pobreza, violência doméstica, dependência química dos pais ou responsáveis contribuindo para a vulnerabilidade social da família. Esses fatores devem ser considerados influenciadores no desenvolvimento pessoal e social do adolescente. (RAPORT e SILVA, 2013 p.8)

A negligência e os maus-tratos praticados pelos pais ou cuidadores na infância podem acarretar danos irreversíveis ao desenvolvimento da criança, cujo reflexo poderá ser visto na escola, já nos primeiros anos. O ambiente social em que a criança se desenvolve pode ser um fator de influência. Crianças que apresentam maior déficit no desempenho escolar e problemas de comportamento geralmente provêm de famílias desorganizadas, com disciplina inconsciente, sistemas de castigos e punições exagerados, rejeição à criança, falta de supervisão e de afeto, acarretando a formação de apegos inseguros e comprovando que o núcleo familiar é a principal base para o desenvolvimento saudável da criança (BEE, 1997).

Se tornando de grande valia a comunidade escolar na qual esse adolescente faz parte ser ciente do histórico de vida do mesmo. De acordo com Silva (2013, p.4) “a probabilidade de crianças que vivem em ambientes conturbados apresentarem alterações no comportamento e baixo rendimento escolar é maior do que para crianças que se desenvolvem em um ambiente estável”.

Reconhecendo a família como primeiro vínculo social ao qual a criança e o adolescente fazem parte não devemos ignorar os fatores que são indispensáveis nesse processo de desenvolvimento social e desempenho escolar. A fragilidade nesse contexto educacional na qual os adolescentes acolhidos institucionalmente estão inseridos se dá a partir de diversos motivos, consideravelmente um deles é a desestruturação da família, a quebra dos vínculos afetivos e familiares. De acordo com Silva (2013, p.9)

Famílias desestruturadas, onde as crianças ficam expostas desde cedo a situações de violência, vícios, falta de zelo com os filhos e conflitos frequentes entre os adultos podem ser causadoras de traumas, que irão refletir na socialização, no comportamento e no desempenho escolar desses indivíduos.

Ao referir-se sobre as crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social e passaram por maus-tratos é importante destacar os fatores de risco que “são identificados como pobreza extrema, violência física e/ou psicológica, desestruturação familiar, vulnerabilidade social, maus-tratos, negligência, entre outros (AMPARO et al, 2008). Esses fatores podem influenciar ou não o progresso social do indivíduo isso vai depender da forma com que ele absorve essas vivências.

Pensando em como as crianças e adolescentes que vivem nessa situação são capazes de enfrentar tais circunstâncias são apresentados Segundo Branden (1988, apud AMPARO et al, 2008, p.167) três os tipos de fatores proteção que podem ser adotados pelo indivíduo:

(1) Fatores individuais, tais como autoestima positiva, autocontrole, autonomia, características de temperamento afetuoso e flexível; (2) fatores familiares, como coesão, estabilidade, respeito mútuo, apoio/suporte; (3) e, fatores relacionados ao apoio do meio ambiente, como bom relacionamento com amigos, professores ou pessoas significativas que assumam papel de referência segura à criança e a faça sentir querida e amada.

No entanto a criança e o adolescente podem buscar não só em si esse apoio, mas especialmente na família e na escola, porem outro fator que merece atenção nesses casos é a carência do afeto materno. Segundo Novaes (1965, p.43)

É na escola, grupo social estruturado e com dinâmica peculiar, que aparecem muitas dificuldades de comportamento afetivo, emocional e social, prejudicando a integração da criança no grupo respectivo e o seu rendimento nos estudos. Observamos que os alunos, carentes de afeto materno, apresentam uma grande ambivalência de atitudes em relação às professores e colegas: de uma parte, têm necessidade de contatos afetivos e de se tornarem dependentes deles; de outra, revelam medo enorme de serem novamente frustrados. Assim sendo, procuram afeto e carinho, mas também agredem e hostilizam os demais, donde a complexidade destes casos, quanto à orientação e tratamento.

Tornando papel da escola através dos profissionais especializados, recursos terapêuticos, planejamentos adequados contribuir para que o adolescente seja capaz de ressignificar suas vivencias passadas e através desses serviços que a escola pode oferecer potencializar e valorizar as habilidades desses adolescentes.

Que não se reconhecem como sujeitos de direito e sim como excluídos, desprovidos, marginalizados diante de uma sociedade opressora e capitalista.

A desigualdade social na qual esses adolescentes continuam vivendo mesmo depois de serem afastados do convívio familiar e inseridos no acolhimento institucional se reflete em parte na sua vivência escolar. De acordo com Yara Sayão (2017)

Quanto à relação com a escola, um dos desafios é a marca que o acolhido carrega por “ser uma criança do abrigo” já que este estigma impede que ele possa ser um aluno como tantos outros. Este fato acontece porque a escola é uma instituição que compartilha os valores do imaginário social baseada em uma ideologia de “compaixão” e “repressão”. O problema é que esta visão acaba colocando muitas vezes o sujeito em um lugar de impotência já que ele/ela acaba se resumindo a um lugar de “coitado”, sendo importante empoderar as crianças do SAICA² para se afirmarem de outras maneiras no espaço escolar. Uma das estratégias que pode ser adotada e que deve ser considerada pelos serviços é colocar as crianças e adolescentes em escolas diferentes para que não fiquem com a marca de serem do SAICA. O abrigo também pode abrir espaços para que as crianças possam falar sobre a escola, não apenas sobre o rendimento escolar, mas também sobre possíveis preconceitos.

A escola deve propiciar esse espaço de diálogo e promoção da autonomia dos adolescentes, o acolhimento na escola deve ser feito de maneira que não reproduza o estigma. As orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA; CNAS, 2009) afirma que:

A articulação com o sistema educacional permite, ainda, desenvolver ações de conscientização e sensibilização de professores e demais profissionais da escola, de modo a que estes atuem como agentes facilitadores da integração das crianças e adolescentes no ambiente escolar, evitando ou superando possíveis situações de preconceito ou discriminação. Essas ações de capacitação podem ser fortalecidas por meio do Projeto Escola que protege³, em cuja proposta de formação continuada de profissionais da educação básica e da Rede de Proteção Integral, pode ser inserida a temática da criança e do adolescente afastados do convívio familiar.

² Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.

³ O Projeto Escola que protege visa a formação continuada de profissionais da educação básica e da Rede de Proteção Integral frente às situações de violências vivenciadas na escola e na sala de aula, tendo o Estatuto da Criança e do Adolescente como referência e a definição, por parte dos sistemas de ensino, de um fluxo de encaminhamento das situações de violência identificadas na escola junto à Rede de Proteção Social.

Com a conscientização e sensibilização dos envolvidos no contexto educacional no qual o adolescente acolhido está inserido facilitaria a convivência no ambiente escolar fazendo com que esse adolescente apesar dos vínculos que foram quebrados tenha a escola como instância de referência, caso essa relação também se perca acaba que se rompendo as garantias de proteção as crianças e adolescentes.

É importante considerar as situações que ocasionam a vulnerabilidade social como fatores que influenciam na fragilidade escolar e na garantia do direito a educação para que dessa forma seja possível uma aprendizagem significativa que instigue na construção de sujeitos críticos e autônomo.

3.1.1 Processo de escolarização dos adolescentes acolhidos

Através do que Charlot nos traz sobre o fracasso escolar é que procuro tentar entender o que está acontecendo com os adolescentes acolhidos institucionalmente no seu âmbito escolar, quando ele afirma que “fracasso escolar é uma chave disponível para interpretar o que está ocorrendo nas salas de aula, nos estabelecimentos de ensino, em certos bairros, em certas situações sociais” (CHARLOT, 2000, p.17).

Nos fazendo pensar no fracasso escolar como um processo de escutar o que foi vivenciado pelo aluno, se tornando da competência do professor facilitar a abertura para esse diálogo e partindo dessa relação dialógica conhecer as perspectivas de mundo que os seu alunos possuem, essa relação não seria possível sem o ato da escuta:

Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro. [...] A verdadeira escuta não diminui em mim, em nada, a capacidade de exercer o direito de discordar, de me opor, de me posicionar. Pelo contrário, é escutando bem que me preparo para melhor me colocar ou melhor me situar do ponto de vista das ideias. Como sujeito que se dá ao discurso do outro, sem preconceitos, o bom escutador fala e diz de sua posição com desenvoltura. Precisamente porque escuta, sua fala discordante, em sendo afirmativa, porque escuta, jamais é autoritária. (FREIRE, 1996, p. 75).

Com o processo de diálogo e escuta facilita o reconhecimento das carências existentes na aprendizagem e nas dificuldades no processo de escolarização dos

adolescentes acolhidos, mas para que isso aconteça o aluno tem que se apropriar do sentido da ida a escola e do saber. Segundo Charlot (2000, p.54)

Para que o aluno se aproprie do saber, para que construa competências cognitivas, é preciso que estude, que se engaje em uma atividade intelectual, e que se mobilize intelectualmente. Mas, para que ele se mobilize, é preciso que a situação de aprendizagem tenha sentido para ele, que possa produzir prazer, responder a um desejo. É uma primeira condição para que o aluno se aproprie do saber. A segunda condição é que esta mobilização intelectual induza uma atividade intelectual eficaz.

Identificando três conceitos-chave essenciais para analisar a questão do fracasso escolar: mobilização, atividade e sentido. “Mobilizar é pôr em movimento”, é também “reunir suas forças, para fazer uso de si próprio como recurso”. (CHARLOT 2000, p. 55 *apud* FURTADO 2016, p.10). E essa mobilização tem como referência a atividade, conceituada como “um conjunto de ações propulsionadas por um móbil⁴ e que visam a uma meta.” Estando essa mobilização para uma atividade que faça sentido. (FURTADO, 2016, p.10)

[...] têm sentido uma palavra, um enunciado, um acontecimento que possam ser postos em relação com outros em um sistema, ou em um conjunto; faz sentido para um indivíduo algo que lhe acontece e que tem relações com outras coisas de sua vida, coisas que ele já pensou, questões que ele já se propôs. [...] Em suma, o sentido é produzido por estabelecimento de relação, dentro de um sistema, ou nas relações com o mundo ou com os outros. (FURTADO, 2016, p.10 *apud* CHARLOT, 2000, p. 56).

O autor nos faz refletir sobre a nossa sociedade no que se diz respeito a estrutura educacional deficiente que nós temos, políticas públicas inadequadas e que não favorecem o desenvolvimento significativo do aluno. Será que a escola tem feito esse papel, tem impulsionado esses alunos que vivem em situação de vulnerabilidade a produzir e se apropriar do saber intelectual.

Considerando o contexto no qual esse adolescente está inserido quais serão suas expectativas em relação a vida e a escola, sabemos que as condições sociais devem ser levadas em consideração para analisarmos o fracasso escolar, porem elas não são determinantes nesse processo de superação de situações de fracasso no processo de escolarização. Para Charlot (2000, p.23), é necessário considerar que:

⁴ Móbil é, segundo Charlot (2000, p. 55), o desejo que desencadeia uma atividade.

[...] para analisarmos o fracasso escolar, devemos levar em consideração:

- o fato de que ele “tem alguma coisa a ver” com a posição social da família – sem por isso reduzir essa posição a um lugar em uma nomenclatura socioprofissional, nem a família a uma posição;
- a singularidade e a história dos indivíduos;
- o significado que eles conferem a sua posição (bem como a sua história, as situações que vivem e a sua própria singularidade);
- sua atividade efetiva, suas práticas;
- a especificidade dessa atividade, que se desenrola (ou não) no campo do saber.

Reconhecendo que o fracasso escolar não se limita a uma questão tão somente associada à reprodução e ao capital humano, mas ao saber. Podemos relacionar com as situações vivenciadas pelos adolescentes acolhidos que vem de um processo escolar fragilizado, com várias ausências. Esses alunos estão tendo acesso à escola, mas será que está sendo oferecida uma educação de qualidade e que entenda o contexto no qual o aluno está inserido?

Importante relacionar essa questão ao levantamento que foi feito pela 1ª Vara da Infância e Juventude da Paraíba (2017), que trouxe os seguintes dados sobre a realidade escolar dos adolescentes: de 52 adolescentes de 12-18 anos 47 adolescentes apresentaram distorção idade/ano. Sendo assim 90% dos adolescentes vivenciam situações de fracasso escolar.

Sendo garantida pela Constituição Federal, pelo ECA e pela LDBEN N°9394/1996, sancionada em 20 de dezembro de 1996 o padrão de qualidade da educação como direito fundamental da criança e do adolescente, como sujeitos de direitos, integrante de uma sociedade crítica e criativa. Mas não foi essa realidade que encontrei nas Casas de Acolhimento, situações de descaso em relação a escolarização dos adolescentes, tendo em vista que há uma preocupação na resolução das situações de afastamento familiar e pouca ou nenhuma atenção é dada ao período “enquanto isso”, enquanto estes adolescentes estão nas casas e perpetuam a fragilidade no processo de escolarização.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta é uma pesquisa qualitativa, exploratória-descritiva com o objetivo de analisar a relação das casas de acolhimento com as escolas públicas de João Pessoa possibilitando junto aos professores e gestor da escola, coordenadora e psicóloga da Casa de Acolhimento o aprofundamento desta pesquisa. Priorizei por um estudo de abordagem qualitativa para ter a possibilidade de “[...] aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.” (MINAYO 2001, p.22).

A pesquisa bibliográfica se desenvolveu a partir de materiais já existentes, buscando analisar os aportes teóricos sobre os campos do acolhimento institucional e escolar. De acordo com Gil (2008, p. 50) “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

A coleta de dado se deu por técnica de entrevista informal. De acordo com Gil (2008, p. 111).

Esse tipo de entrevista é menos estruturado possível e só se distinguem da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados. O que se pretende com entrevistas deste tipo é a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado, bem como a identificação de alguns aspectos da personalidade do entrevistado.

Visando maior abordagem da realidade pesquisada, oferecendo uma aproximação do problema em questão. A entrevista foi planejada afim de garantir o alcance dos objetivos da pesquisa que são identificar a concepção dos profissionais da educação em relação aos adolescentes residentes em casas de acolhimento; verificar ações de diálogo entre a escola e as casas de acolhimento; refletir a importância de investir na relação escola e casa de acolhimento na promoção da escolarização dos adolescentes.

Desde a escolha dos entrevistados ao tratamento de dados que recebeu. Foi elaborado um roteiro com questões que serviram para guiar o entrevistador, mas que poderiam se reformular ao decorrer da entrevista. Os dados das entrevistas foram coletados por meio de audiogravação

possibilitando uma melhor análise das falas dos entrevistados, sendo aplicadas com os professores e gestores da escola participante.

A questões a seguir foram: Você sabe o que é uma casa de acolhimento? Saberia identificar se na sua sala de aula tem algum adolescente que reside em casa de acolhimento? - Se sim, como foi possível essa identificação? Quando esses alunos chegam a escola é feito alguma apresentação do histórico de escolarização e de vida desses adolescentes? Considerando seus conhecimentos o que você entende por ser um adolescente que reside em casas de acolhimento? (Os motivos que levarão esses adolescentes a tal situação.) Você conhece alguma política pública direcionada a esses adolescentes? Se sim, quais? A partir da sua área quais dificuldades você tem percebido para desenvolver as atividades com esses adolescentes? Você diria que há alguma diferença no processo de escolarização entre os adolescentes que se encontram em medida de proteção e os adolescentes que vivem com suas famílias de origem? Qual o papel das casas de acolhimento para o desenvolvimento desse processo de escolarização? Através do convívio com seus alunos você saberia dizer como é a rotina dos adolescentes nas casas? Já presenciou alguma situação marcante ou preocupante envolvendo um adolescente que reside em uma casa de acolhimento? Havendo essa situação você atribui a que? Alguns adolescentes possuem laudo médico você tem esse conhecimento? Quando é feito o planejamento na escola há algum representante das casas de acolhimento fazendo parte? Há esse convite de participação? Você considera ser importante a comunicação entre a casa de acolhimento e a escola?

Outra técnica utilizada foi o questionário como afirma Gil (2008, p. 121)

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

O questionário foi elaborado para coletar informações dos coordenadores, assistentes sociais, psicólogos e demais funcionários das casas de acolhimento com o intuito de proporcionar respostas para os objetivos pesquisados utilizei as seguintes perguntas: Vocês enfrentam

alguma dificuldade para matricular os adolescentes na escola? Quando esses alunos chegam a escola é realizada alguma conversa sobre o histórico de escolarização e da vida desses adolescentes? Quando há planejamento na escola, há algum representante das casas de acolhimento fazendo parte? Há esse convite de participação? Você considera ser importante a comunicação entre a casa de acolhimento e a escola? Você acha que os adolescentes são tratados de maneira diferente pelos professores e gestão da escola? Você acha que os adolescentes se sentem bem na escola? Você acha que algum professor sabe da rotina do adolescente na casa? Alguma vez algum professor ou gestor mostrou interesse em conhecer a casa? A casa de acolhimento já fez esse convite? Algum dos adolescentes já foi vítima de injustiça dentro da escola? A casa de acolhimento ajuda os adolescentes a resolverem seus problemas escolares? A casa de acolhimento se envolve nas questões pedagógicas dos seus adolescentes? Vão à escola saber como está o desenvolvimento do aluno nas disciplinas?

Por questão de falta de tempo e urgência em colher os dados fiz uso do questionário para os participantes da Casa de Acolhimento e utilizei a entrevista com os professores e gestor da Escola. Os participantes escolhidos para o questionário foram professores que lecionavam para um aluno residente em Casa de Acolhimento.

Para análise dos dados da pesquisa farei uso das três etapas: redução, exibição e conclusão/verificação. A primeira etapa de acordo com Gil (2008, p. 175)

A redução dos dados consiste no processo de seleção e posterior simplificação dos dados que aparecem nas notas redigidas no trabalho de campo. Esta etapa envolve a seleção, a focalização, a simplificação, a abstração e a transformação dos dados originais em sumários organizados de acordo com os temas ou padrões definidos nos objetivos originais da pesquisa.

Esse processo de redução continua ocorrendo durante todo o trabalho até a sua finalização, cabendo ao pesquisador atentar para a organização e confiabilidade do material pesquisado.

A segunda etapa é a apresentação dos dados “consiste na organização dos dados selecionados de forma a possibilitar a análise sistemática das semelhanças e diferenças e seu inter-relacionamento. Esta

apresentação pode ser constituída por textos, diagramas, mapas ou matrizes que permitam uma nova maneira de organizar e analisar as informações.” (GIL, 2008, p. 175).

A terceira e última etapa é a conclusão/verificação de acordo com GIL, 2008, p. 175

A elaboração da conclusão requer uma revisão para considerar o significado dos dados, suas regularidades, padrões e explicações. A verificação, intimamente relacionada à elaboração da conclusão, requer a revisão dos dados tantas vezes quantas forem necessárias para verificar as conclusões emergentes.

Dessa forma foi possível fazer a análise das entrevistas baseando se nas contribuições metodológicas de Antônio Carlos Gil (2008).

4.1 Cenário da pesquisa

A escolha do lócus da pesquisa foi feita mediante a proposta do projeto Dialogo e intervenção na mediação pedagógica da escola com adolescentes residentes em casas de acolhimento (PROBEX/2017), que vislumbra através dos círculos de diálogos e oficinas nas escolas da Rede Pública Municipal e/ou Estadual de João Pessoa sensibilizar os profissionais da educação, articulando a realidade vivenciada pelos adolescentes residentes em casas de acolhimento para melhoria no atendimento da mediação da aprendizagem desses estudantes.

Essa escolha também se deu por meio do PROBEX/2016 A escolarização que promove superação de dificuldades e necessidades de aprendizagem da vida de adolescentes residentes em casas de acolhimento e do PET-Conexões de Saberes Protagonismo juvenil em periferias urbanas que averiguou o despreparo de funcionários e professores ao descrever os estudantes que residiam nos diferentes serviços de acolhimento, fazendo com que os adolescentes fossem tratados com indiferença e insensibilidade na mediação do processo de escolarização.

Sendo assim, das três escolas na qual o PROBEX/2017 foi apresentado eu escolhi uma para fazer a minha pesquisa. A escola municipal

localizada no bairro Cristo Redentor – PB que será identificada como Escola Brasil.

Levando em consideração os objetivos da pesquisa escolhi uma das Casas de Acolhimento na qual essa escola estava vinculada, localizado no município de João Pessoa.

4.1.1 Sujeitos da pesquisa

Nas oficinas mantive contato com alguns professores e gestores que se disponibilizaram a participar da pesquisa, sendo entrevistados três (03) professores da Escola Brasil e uma (1) gestora. Os mesmos receberam nomes fictícios para manter sua identidade reservada.

Na escola Brasil temos duas professoras uma será identificada como Maria que leciona história, Leticia professora de educação física, um professor de ciências identificado como José e a gestora que será identificada como Luíza.

Da Casa de Acolhimento responderam ao questionário uma psicóloga e uma coordenadora, vale ressaltar que a escolha dessa Casa se deu por ser a que mais mostrou dificuldades na relação de diálogo com a Escola.

5. A RELAÇÃO DA ESCOLA E AS CASAS DE ACOLHIMENTO: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentarei a análise do material coletado nos questionários feitos com uma coordenadora e uma psicóloga da Casa de Acolhimento e entrevistas feita com três professores e uma gestora da Escola Brasil localizada na rede municipal de João Pessoa, levando em consideração os objetivos propostos que são: identificar a concepção dos profissionais da educação em relação aos adolescentes residentes em casas de acolhimento; verificar ações de diálogo entre a escola e as casas de acolhimento; refletir a importância de investir na relação escola e casa de acolhimento na promoção da escolarização dos adolescentes.

A partir das análises dos dados das entrevistas e questionários pude extrair informações que definiram os seguintes tópicos: A concepção dos profissionais da educação sobre os estudantes acolhidos institucionalmente; Inquietações e Dificuldades para realizar ou mediar o processo de escolarização dos alunos acolhidos; Diálogo entre a Casa de Acolhimento e a escola; Uma reflexão sobre a relação Casa de Acolhimento e escola e a sua importância na promoção da escolarização dos alunos acolhidos institucionalmente.

5.1- A concepção dos profissionais da educação sobre os estudantes acolhidos institucionalmente

Através das falas dos entrevistados foi percebido a ausência de informação sobre o que realmente são as Casas de Acolhimento, alguns apontam características desse serviço de acolhimento, mas são falas sem concretude e indecisas na maior parte do discurso, os professores entrevistados descrevem esse serviço da seguinte maneira através dos seus conhecimentos.

Eu não sei definir exatamente, não sei como é. O que eu sei é uma casa que acolhe crianças ou adolescentes que vivem uma situação, não sei se isso é o correto de abandono, de exclusão, enfim algo nesse sentido. (Professora Maria)

Sim, então, são casas que atendem crianças que não tem família eu acho que tem família distante né?! E que fica sobre a responsabilidade de uma pessoa, realmente não sei se

essa pessoa tem algum parentesco acho que não e que dão um suporte acho que familiar e educacional para essas crianças. (Professora Leticia)

Sei, uma Casa de Acolhimento é aquela casa que acolhe aqueles que talvez foram rejeitados ou não está inserido na sociedade alguma coisa assim, alguma coisa aconteceu com aquele indivíduo que está nessa casa onde ele se sente acolhido e protegido e talvez encaminhado pra que as coisas comecem a acontecer na vida deste indivíduo. (Professor José)

Sim, pelo menos a informação que nós temos a respeito da Casa de Acolhimento são os alunos, são geralmente os adolescentes ou crianças. As Casas de Acolhimento têm um trabalho voltado para acolhe-los como o nome já diz pra direciona-los num cuidado melhor, ver a questão da escola na maioria das vezes eles não tem uma referência familiar né ou então assim fica mais aos cuidados deles e eles tentam pelo menos no nosso caso ter uma parceria com a escola pra gente ajudá-los a educar. (Gestora Luíza)

Quando perguntados sobre quem é esse adolescente⁵ ou se tem conhecimento sobre os motivos que levaram esse adolescente a residirem nas Casas de Acolhimento obtive as seguintes respostas.

O pouco que eu sei tem a ver com a situação de abandono ou exclusão, principalmente por parte da família. Deve existir alguma razão aí, entram questões não sei especificamente, mas de família, da realidade. É uma questão social mais ampla acredito que seja isso. (Professora Maria)

Não sei, talvez a família que perde a guarda ou que perde os pais não sei. Que estão em alguma forma em situação de risco, no caso aquele lar seria melhor que as condições que ele estaria. (Professora Leticia)

Bom é devido a talvez a algum maltrato, desprezo, fora da sociedade, família e distanciou eles da realidade, da sociedade e a solução alternativa que eles tiveram foi ir para essas casas de acolhimento. (Professor José)

Nesse caso específico até onde nós sabemos o que foi no passado ele tem uma avó e assim a família não cuida dele ele é um aluno especial que precisa de cuidados e de atenção e foi deixado lá até onde nós sabemos e daí por diante ele sempre, geralmente mas no fim de semana vai ver a avó mas ele passa a semana por lá (Casa de Acolhimento). Então o processo dele foi a questão familiar mesmo, a

⁵ Esse adolescente é especificamente um dos alunos que são acompanhados pelo projeto e os participantes das entrevistas são seus professores.

necessidade de acolhe-lo por conta da ausência familiar.
(Gestora Luíza)

Continuei a me deparar com algumas falas despreparadas sobre o assunto em questão e com algumas dúvidas sobre os reais motivos do acolhimento, ao serem indagados sobre se conheciam alguma política pública direcionada a esses adolescentes só a entrevistada Luíza opinou, os outros três entrevistados sendo todos professores responderam que não, não tinham conhecimento sobre políticas públicas direcionadas a esses adolescentes.

A política pública que a gente tem mais acesso seria essa mesma da parceria de ajudá-los na questão da aprendizagem da função escola no nosso caso junto com a instituição. A instituição faria um trabalho mais social vamos dizer assim, mas do cuidar e a escola entra na parceria como aquela que vai ajudar a educá-lo também e nesse aspecto de aprendizagem. (Gestora Luíza)

Ao analisar as respostas percebe-se que a fala mais “apropriada” é a da entrevistada Luíza que é a gestora da escola, mas que vai em desencontro ao que os professores sabem sobre esse serviço de acolhimento, como instituição educacional que atende diversos públicos esse conhecimento deveria ser do acesso de todos.

Sabemos o quão importante é conhecer a história de vida dos alunos, do/as quais sou professor/a e tenho em sala de aula e o quanto esse conhecimento influencia no processo de escolarização e na troca de saberes entre aluno e professor, e com os alunos residentes em Casas de Acolhimento deve ser igual.

Paulo Freire (1996, p. 26) declara em *Pedagogia da Autonomia*, que ensinar exige bom senso e nos apresenta essa confirmação.

É o meu bom senso, em primeiro lugar, o que me deixa suspeito, no mínimo, de que não é possível à escola, se, na verdade, engajada na formação, de educandos educadores, alhear-se das condições sociais culturais, econômicas de seus alunos, de suas famílias, de seus vizinhos. Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração às condições em que eles vem existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos” com que chegam à escola. O respeito devido à dignidade do educando não me

permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola.

Sendo assim, através das entrevistas podemos enfatizar entre algumas falas a falta desse bom senso que Paulo Freire destaca como importante nesse processo de escolarização. Se eu não conheço o meu aluno como posso fazer para realizar o processo de ensino-aprendizagem, quais dificuldades enfrentarei para que essa realização seja possível? Essas foram algumas inquietações que surgiram ao decorrer das entrevistas feitas com os profissionais da educação que serão apontadas no próximo tópico deste trabalho.

5.1.1 – Inquietações e dificuldades para realizar a mediação do processo de escolarização dos alunos acolhidos

Ao transcorrer das entrevistas algumas dúvidas, dificuldades, situações preocupantes foram apontadas como empecilho para realizar um bom processo de escolarização com esses adolescentes. Foram apontados alguns fatores que influenciam para que essas dificuldades aconteçam em sala de aula. Fortalecendo o que os professores relataram quando questionados se a partir da sua área quais dificuldades eles têm percebido para desenvolver as atividades com esses adolescentes acolhidos institucionalmente, eles destacam que.

[...] ele não é assíduo, então ele veio muito pouco desde que chegou aqui e eu não lembro exatamente o mês que ele chegou na escola, mas ele esteve pouquíssimas vezes em sala de aula não consegui fazer um trabalho com ele. Entra essa dificuldade né, como ele não é assíduo a gente não conseguiu identificar que tipo de metodologia, atividade, a linguagem pra trabalhar com ele. (Professora Maria)

[...] a gente sabe que a formação do aluno, não do aluno mas do adolescente se vem muito assim da criação né da participação da família e tal não sei realmente como é se são pessoas tem algum carinho, algum cuidado especial como se fosse realmente filho, mas pelo menos com as crianças aqui dessa escola e da outra escola que eu trabalho me parece que falta alguma coisa em casa. Então as vezes na questão de educação de limite que eu já tinha percebido isso na outra escola geralmente quando eles falam: *a é de casa de acolhimento*, geralmente são aqueles alunos trabalhosos né que não tem limite e enfim eu não sei se se deve-se também a isso ou só as vezes eles até são bem tratados lá mas são resquícios anteriores né?! Não sei dizer. (Professora Leticia)

Primeira dificuldade eles são muito livres entram a hora que quer sai a hora que quer a gente tenta segurar em sala e não consegue então fica difícil a gente ter alguma coisa pra gente poder ajudar a ensinar a eles, muito complicado. (Professora José)

Olha, a dificuldade que nós tivemos e foi a nossa preocupação como ele já é um adolescente, um menino já com a cabecinha mais formada já tem as referências dele mais formada ele não é criança, então assim ele tem algumas atitudes que ele acostumou. Por exemplo, ele tem uma dificuldade de cumprir os horários da escola, ele quer se ausentar antes do horário do termino no caso ele quer sempre sair antes de 17:30. Ele veio com uma dificuldade de aprendizagem pra gente bem grande ele não está devidamente alfabetizado então assim, pra turma que nós temos que atende ele infelizmente isso dificultou pra ele também né porque querendo ou não ele já tem professores de disciplinas então assim, o processo de alfabetização pra essa fase dele nessa serie já foi mais difícil por que eles não tinham aquele tempo pra fazer um trabalho mais diferenciado com ele e como ele só vem pra escola no nosso caso a tarde então a gente não tinha muito tempo pra fazer. Nós tentamos junto com as especialistas fazer um trabalho para ajudá-lo na questão do alfabetizar pra ele poder entender melhor o contexto de sala de aula, mas isso foi muito difícil por conta disso, ele tem uma dificuldade de atenção de se concentrar de parar mesmo. Então as meninas tinham sempre que ta pensando mil estratégias, mesmo assim a gente não conseguia vencer essa ansiedade dele. (Gestora Luíza)

São falas que remetem as causas externas como influenciadoras no desenvolvimento escolar do aluno e o que se percebe são profissionais que ao deparar-se com tais situações sentem grandes dificuldades para lidar e contribuir com esse contexto em particular, de acordo com Silva (2013, p.5)

Um dos principais questionamentos em torno de tais situações aponta para a forma como as escolas podem contribuir para que sejam contornadas ou pelo menos minimizadas as lacunas que poderão ficar no desenvolvimento, e como estimular de maneira adequada crianças advindas de situações de negligência e maus-tratos para que essas possam superar os traumas sofridos e alcançar um bom rendimento escolar.

Apesar dos professores terem algumas dúvidas sobre o acolhimento institucional e sentirem dificuldades para a realização do processo escolar, há uma preocupação em relação a esse aluno, quando perguntados sobre se a alguma diferença no processo de escolarização entre os adolescentes que

vivem em medida de acolhimento institucional e os que residem com suas famílias de origem os professores declaram que

Se a gente considerar que as experiências de uma conta né para a visão de mundo, pra, como posso falar para o estímulo que eles têm pra aprender eu acredito que tem diferença sim nesse processo. Agora nesse caso desse aluno especificamente não é só questão de viver em casa de acolhimento né, ele tem um laudo que a psicóloga apresentou a gente, eu não lembro agora exatamente o nome do problema. Eu acho por ele ter esse problema que é mais complicado a questão de aprendizagem com ele. (Professora Maria)

Sim. Eu acho que não é só questão da escola, a escola faz sua parte, mas precisa também de casa né e de carinho e de cuidado e de um olhar diferente. Por que eu por exemplo quando era criança não precisava disso da minha mãe ela nunca me mandou estudar, mas tem criança que precisa né e não sei se eles tinham ou se eles têm esse suporte em casa. Eu acredito que isso influencie na escola. (Professora Leticia)

Sim! Eles são mais carentes e eles precisam de uma atenção maior e não uma atenção de superproteção tem que encaminha-los sabendo de uma grande, é um grande desafio pra nós que somos educadores, pra instituição que recebe então precisava de muito mais do que eles têm essa é a realidade. Eles já vêm desse conflito e da família ou alguma coisa aconteceu com eles aí já vivem nesses locais onde acolhe eles e quando chega na escola eles precisam ter um padrão um posicionamento pra que eles possam permanecer e ser ajudados e ser vistos de outra forma. (Professor José)

Sim. Se os alunos que moram com seus pais chegam a escola com vários problemas o que dirá desse adolescente que não tem o cuidado da família, que são cuidados por outras pessoas. (Gestora Luíza)

Através dessas falas destaco o que Silva (2013, p. 9) nos traz a respeito da participação e apoio da família no desempenho escolar de crianças e adolescentes.

Famílias desestruturadas, onde as crianças ficam expostas desde cedo a situações de violência, vícios, falta de zelo com os filhos e conflitos frequentes entre os adultos podem ser causadoras de traumas, que irão refletir na socialização, no comportamento e no desempenho escolar desses indivíduos.

E os alunos que residem nas Casas de Acolhimento passaram por diversas situações como essas que Silva nos traz em sua confirmação, relacionando com algumas situações preocupantes que uns professores têm vivenciado na escola com esse aluno.

Leticia e José professores que participaram da entrevista destacaram uma única preocupação, relataram que outro professor da escola encontrou com o adolescente andando na orla da praia em um certo horário considerado inapropriado para um adolescente sozinho. E eles deixaram claro a aflição sobre esse relato, a professora Leticia afirma que “[...] as vezes fico com medo dele se juntar com umas pecinhas que sempre tem aqui na escola [...]”. Já o professor José diz

[...] isso preocupa porque quando sai dessas casas de acolhimento eles vão pra onde? Faz o que? O que é que fica fazendo geralmente? E quando eles voltam eles não dizem onde estavam e o que estavam fazendo então assim pelo que a gente viu é fácil de se influenciar e levar eles a fazer aquilo que não devia fazer [...]

Essa preocupação compartilhada por esses dois professores refere-se à quando esse adolescente evade⁶ da Casa de Acolhimento e passa um tempo nas ruas do município de João Pessoa.

A entrevistada Luíza declara que

A situação mais preocupante é essa que eu te coloquei a gente conversando com ele e tal ele tem uma dificuldade de concentração muito grande de parar mesmo pra ouvir, ele dizia não tia eu não consigo colocava na cabeça que não conseguia e que por vezes ele dormia na sala mesmo a menina junto dele mas ele baixava a cabeça e queria dormir. Então assim, como eu to te falando essa questão dos horários dele estavam um pouco atrapalhados, porque no período que ele estava conosco ele refletia isso né então, ficou essa uma das preocupações maiores dele querer ir embora antes dos horários e a gente ficar preocupado em acontecer algo com ele, ele tinha dificuldade de esperar o transporte e queria ir embora só e é uma distância grande, enfim foi uma das nossas maiores preocupações.

Já a professora Maria alega em sua fala uma preocupação em relação a exclusão que esse adolescente vivenciava em sala de aula

⁶ Essa evasão ocorre por vontade própria do adolescente e os responsáveis da Casa de Acolhimento não tem como evitar, como eles tem uma rotina que se assemelha a que teria na sua casa eles tem a liberdade de ir para a escola sozinho, ou jogar bola em uma praça ou campo perto da casa e em uma dessas oportunidades alguns acabam evadindo.

Logo que ele chegou nas primeiras aulas eu sentia que ele era muito excluído pela turma, pelo grupo. A turma não entendia que ele tinha necessidades específicas e aí ele passou por um processo de exclusão dentro da própria turma, isso foi uma coisa que me chamou a atenção. Acho que isso pode ter contribuído para as ausências dele em sala de aula.

Aproveitando a sua declaração sobre o assunto questionei a que ela atribuía esse acontecimento, e ela me respondeu da seguinte forma

Acho que falta de compreensão mesmo da turma, falta de preparo também. Ai, vou falar por mim né, especificamente como professora eu não fui formada para lhe dar. E aí eu tive dificuldade mesmo de pensar como lhe dar com esse adolescente.

A fala da professora Maria faz com que reconheçamos a importância do processo de diálogo e escuta como facilitador dessa aproximação professor-aluno e do bom desempenho escolar desse adolescente que advém de um fracasso escolar e de situações excludentes.

Segundo Freire (1996, p. 45).

Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las e se não as escuto, não posso falar com eles, mas a eles, de cima para baixo. Sobretudo, me proíbo entendê-los. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me escutá-lo ou escutá-la. O diferente não é o outro a merecer respeito é um isto ou aquilo, destratável ou desprezível.

Considerando as circunstâncias vivenciadas por esses professores vale ressaltar e fazer uma associação com o que Novaes (1965, p.49) nos relata com sua afirmação.

Estudos realizados em várias instituições têm demonstrado que as crianças carentes do afeto materno, abandonadas ou separadas das mães, apresentam distúrbios graves, inclusive nas áreas da psicomotricidade, linguagem, percepção e da inteligência, em geral, e que isso pode agravar deficiências congênitas ou adquiridas.

Os professores entrevistados refletiram através de suas falas essa diferença na escolarização do aluno acolhido em relação com os demais, destacaram dificuldades, anseios, aspectos externos e internos como

influenciadores que prejudicam no desenvolvimento desse aluno e até a falta de um diálogo com a Casa de Acolhimento na qual esse adolescente reside e que segundo os professores ajudaria para a efetivação de um bom trabalho escolar. No próximo tópico proponho verificar se existe uma relação da Casa de Acolhimento com a escola, na entrevista com os professores uma das maiores dificuldades foi essa parceria entre casa e escola.

5.2 Diálogo entre a Casa de Acolhimento e a escola

Através dos questionários e entrevistas podemos verificar como é o diálogo existente entre as duas instituições, as duas participantes do questionário usado na Casa de Acolhimento apontaram que enfrentam algumas dificuldades para realizar a matrícula do adolescente na escola. São apontados preconceito por ser um adolescente de casa de acolhimento, falta de vagas na escola e a falta de informação por não saber o que é uma Casa de Acolhimento.

Quando esses adolescentes chegam a escola é realizada uma conversa sobre o histórico de escolarização e de vida desses adolescentes, um representante da Casa de Acolhimento vai até a escola e faz essa apresentação aos professores, assim foi colocado pelos profissionais da Casa. Ao serem perguntados sobre como eles obtinham essas informações os professores responderam que:

Bom, na minha sala de aula esse ano tem um que eu sei porque a escola teve o trabalho de fazer essa identificação, e aí tem um aluno que a gente sabe que vive em Casa de Acolhimento. (Professora Maria)

Agora eu me lembrei que realmente essa informação sobre ele foi formal a gente fez uma reunião eu acho que no começo do primeiro trimestre de aula a gente fez uma reunião pra falar sobre ele e sobre outro aluno, mas não por ele ser de casa de acolhimento mas por ele ter uma deficiência e aí veio as duas informações, que ele é um outro aluno tem deficiência mental e aí a gente sentou pra conversar sobre isso pra ver como seria o processo de ensino e foi através disso que veio a informação e a psicóloga fez esse trabalho com eles dois pra saber onde eles se enquadravam nesse processo. (Professora Leticia)

Eu sei que temos um que mora numa Casa de Acolhimento, mas de vez em quando ele desaparecia e ele só assistiu

duas aulas minhas. O pessoal que veio aqui que falou para a gente, eu sabia que ele estava aí em algum local, numa fundação alguma coisa, mas assim a nossa escola ela passou a respeito da dificuldade de aprendizagem que ele teria, mas infelizmente não pude experimentar por que ele não parava na sala de aula aí ficou difícil. (Professor José)

Temos um aluno, no nosso caso foi feito um pedido da secretaria, o pessoal da casa de acolhimento foi a secretaria de educação e fez um pedido pra ver uma escola que teria de acordo com a faixa etária dele no turno diurno por que ele já tem uma idade mais avançada então seria aluno na verdade de EJA né pra rede municipal pelo perfil que a gente tem seria aluno de EJA. E no nosso caso a gente tem duas turmas a tarde que atendem esses alunos nessa faixa etária então a secretaria ligou pra mim, o responsável da EJA me ligou, no nosso caso foi dessa forma e ele me perguntou se a gente acolheria ele aqui na escola eu disse que sim, agora ele já chegou pra gente o ano já estava em andamento e isso dificultou um pouquinho também. Talvez se estivesse mais no início do ano assim que começou as aulas talvez a gente tivesse conseguido um trabalho até melhor, mas o nosso processo com ele foi dessa forma, foi via secretaria porque eles primeiro procuraram a secretaria e a secretaria indicou a escola. (Gestora Luíza)

As informações foram repassadas dessa forma para os professores, apesar da conversa que foi realizada na escola percebe-se através das falas dos professores a ausência de conhecimento sobre o histórico de vida e escolar dos adolescentes. Nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento diz que “esses registros devem ser consultados apenas por profissionais devidamente autorizados, devendo os serviços de acolhimento ter uma política clara de confidencialidade desses dados, observada por todos os profissionais” (CONANDA; CNAS, 2009, p.52).

Apesar dessa falta de informações perante a Casa de Acolhimento quando perguntados se ao menos através do convívio com seus alunos os entrevistados saberiam dizer como é a rotina dos adolescentes na casa, as respostas foram;

Não. Considerando esse aluno em específico como a gente só tem ele aqui, para falar da rotina dele eu realmente não sei, porque como eu falei como ele não é assíduo aí é difícil entende? Ele vinha para a escola e ficava geralmente até a terceira aula e aí no intervalo ele ia embora ou pulava o muro ou dava um jeito de ir embora e na sala de aula pelo menos na minha aula ele ficava muito pouco. Geralmente ele ficava fora de sala andando pela escola né por conta de uma dificuldade que ele tem para se concentrar como aponta no

laudo que ele tem, ele não consegue ficar parado fazendo a atividade e aí como eu falei a gente não conseguiu fazer um trabalho específico com ele por ele não ser assíduo, a gente não conseguiu desenvolver essa metodologia com ele algo mais apropriado pra ele e aí isso tudo dificultou o processo inteiro por que se ele não vem não tem como fazer um trabalho com um aluno que não está na escola. (Professora Maria)

Não. Ele falta bastante e quando ele está ele geralmente gosta mais de ficar passeando pela escola do que em sala, particularmente ele eu acho que ele gosta de mim por que eu sou a professora de educação física né e aí só de saber disso eles não se importam se a pessoa é ruim ou é boa eles gostam da gente. É, as vezes eu tô dando aula lá no ginásio mas eu não posso deixar que ele entre por que não é aula dele e geralmente quando é aula dele ou ele não vem ou as vezes quando eu preciso ficar na ala ele não fica, então o meu contato com ele é muito escasso por que das vezes que ele está ele prefere estar passeando, conversando com o pessoal, fugindo da cuidadora. (Professora Leticia)

Não, eu não sei. Realmente ele nunca se abriu nem nunca disse a gente que mora nessas Casas de Acolhimento. (Professor José)

Olha assim não vou te dizer que sei horário por horário, mas sei que ele tinha os horários para algumas atividades né, mas particularmente no nosso caso a gente ficou um pouco a desejar nesse retorno de horários e a tarde era o horário que ele estava com a gente aqui na escola. Agora assim eu não percebi muito um trabalho diferenciado lá de retorno para a escola sabe. (Gestora Luiza)

É perceptível uma fragilidade no diálogo com esse adolescente e nos faz pensar a que podemos atribuir essa ausência, os responsáveis pela Casa alegaram que a um interesse por parte de alguns professores sobre a rotina dos adolescentes e que a própria instituição já fez esse convite para que os professores conhecessem de perto a realidade na qual seus alunos vivem. De acordo com CONANDA; CNAS (2009, p.41)

A articulação dos serviços de acolhimento com o sistema educacional é fundamental, pois a escola constitui importante instrumento para assegurar o direito à convivência comunitária de crianças e adolescentes. Essa articulação pode ser feita por meio da elaboração conjunta de protocolo de ação entre o órgão gestor da assistência social e da educação, garantindo a permanente comunicação entre os serviços, e o acesso das crianças, adolescentes acolhidos e seus familiares à rede de local de Educação.

Destacando essa parceria como fundamental ao serem questionados sobre essa articulação com as Casas de Acolhimento e se eles saberiam dizer qual seria a contribuição que a instituição proporcionava para o desenvolvimento do processo escolar de seu aluno foi respondido que,

Como eu falei né, eu não sei definir bem não conheço as casas, não conheço a política eu não sei bem como funciona então realmente eu não posso nem falar assim com propriedade disso. O que eu sei é meio que a visão do senso comum, então não sei. Acho que fazem meio que esse trabalho de da um tipo de suporte, de preparar não sei se emocionalmente mesmo inclusive de dar algum suporte material e afetivo as crianças e adolescentes que vivem assim é como eu falei antes acredito que de alguma forma deve interferir no processo de aprendizagem né. (Professora Maria)

Não, realmente não tenho. Não sei se eles fazem realmente um acompanhamento próximo. Da vez que eu ouvir mais falar sobre as casas de acolhimento foi naquele dia que a gente fez a reunião aqui, é, mas se eu não me engano a coordenadora não estava aqui naquela reunião. Então eu não sei se por exemplo ela chega na escola para saber o desenvolvimento dele enfim não sei se chega essa informação para ela lá enfim, não sei realmente. (Professora Leticia)

Não. Eu não tenho, não entrei a fundo pra saber realmente como é, mas outro dia eu perguntei a uma das responsáveis e ela estava aqui e explicou pra gente algumas coisas, mas eles ficam muito solto muito livre por que eles querem sair eles saem e vão e desaparecem depois eles voltam eu não concordo com isso. (Professor José)

Olha, infelizmente assim nós procurávamos bastante as meninas lá da casa as pessoas responsáveis por ele, mas a gente sentiu também essa dificuldade dessa aproximação a escola ficou um pouco só nesse processo né, eu acredito pela experiencia que a gente tem de escola, de trabalho de pedagoga que a gente teria que ter uma parceria mais, com um laço mais forte aí. Muitas vezes a gente ligou dizendo olha a gente está precisando de um feedback de vocês, de um retorno de estar um pouco mais aqui com a gente e isso não aconteceu elas vinham depois de muito a gente chamar, mas vinham esporadicamente eu sentia falta desse acompanhamento mais próximo. Foi uma das dificuldades no nosso trabalho por que aí também a gente não faz sozinho, como ele não tem a família junto então a família seria no caso a Casa e ficou fragmentado esse trabalho, confesso que ficou essa lacuna. (Gestora Luíza)

Em relação a essa questão as duas representantes da Casa de Acolhimento responderam que fazem esse acompanhamento, ajudando os

adolescentes a resolverem seus problemas escolares e se envolvendo nas questões pedagógicas dos alunos acolhidos e vão a escola para ter informações sobre como está o desenvolvimento do aluno nas disciplinas. É perceptível as contradições entre as falas dos responsáveis pela Casa e a gestão da escola, o que pode ser atribuído a essa carência de um diálogo entre as duas partes questionadas.

Outra contradição que foi percebida nos questionários e entrevistas remete a participação dos representantes das Casas de Acolhimento no planejamento na escola, no qual os professores dizem que não sabe se acontece esse convite de participação. Já a gestora Luiza reforça que “[...] o convite para participar acontece, mas nem sempre as meninas comparecem a escola, é como eu disse essa parceria ficou a desejar [...]”. Os responsáveis pela Casa de Acolhimento afirmaram que há esse convite de participação e que eles fazem parte do planejamento na escola.

Apesar das duas partes que fazem parte da pesquisa afirmarem que consideram ser de grande importância a comunicação entre a Casa de Acolhimento e a escola fica claro a existência de uma fragilidade nesse diálogo. No próximo tópico me proponho a refletir sobre a importância de investir nessa relação escola e Casa de Acolhimento na promoção da escolarização dos adolescentes acolhidos.

5.3 Uma reflexão sobre a relação Casa de Acolhimento e escola e a sua importância na promoção da escolarização dos alunos acolhidos institucionalmente

Em várias falas podemos perceber a falta de conhecimento e a demonstração de diálogo restrito ou ausente entre as duas instituições que fazem parte da pesquisa, comprovando uma realidade que acompanhei desde a primeira visita que fiz na escola juntamente ao PROBEX/2016.

Destacando a importância dessa parceria como aliada para o desenvolvimento no processo de escolarização do aluno, segundo as Orientações Técnicas

Assim, os serviços de acolhimento devem manter canais de comunicação permanentes com as escolas onde estejam matriculadas as crianças e os adolescentes acolhidos, de modo a possibilitar o acompanhamento de seu desempenho escolar. Sempre que possível e recomendável, deve-se

favorecer, ainda, o envolvimento da família de origem ou extensa no acompanhamento escolar das crianças e adolescentes acolhidos, incentivando, inclusive, sua participação ativa nas reuniões e comemorações escolares. CONANDA; CNAS (2009, p.41)

O que presenciei com a pesquisa não condiz totalmente com o que está disposto nos documentos que resguardam esses adolescentes e seus direitos a educação, ao analisar as entrevistas e questionários é possível destacar alguns pontos que possivelmente dificultaram essa relação entre Casa de Acolhimento e escola.

Refletindo sobre essas frases quando os profissionais da escola dizem que "ele não é assíduo", "ele esteve pouquíssimas vezes em sala de aula", "alunos trabalhosos", "são muito livres entram a hora que quer", "dificuldade de cumprir os horários da escola, ele quer se ausentar antes do horário do termino". Através dessas afirmações é constatado um não interesse do adolescente em estar na escola e pelas falas não parece haver ações que reflita o desinteresse destes alunos, considerando suas histórias de vida.

Outro ponto que me chamou bastante a atenção foi na fala da professora que diz o seguinte "sentia que ele era muito excluído pela turma, pelo grupo. A turma não entendia que ele tinha necessidades específicas e aí ele passou por um processo de exclusão dentro da própria turma", a professora percebeu a exclusão, mas não relata se tomou alguma medida para intervir nessa situação. Não seria oportuno nesse momento que a professora possibilitasse uma ação de reflexão com sua turma contra o preconceito ou qualquer tipo de exclusão?

A mesma professora atribuiu essa situação a sua falta de formação dizendo "eu não fui formada para lidar. E aí eu tive dificuldade mesmo de pensar como lidar com esse adolescente", apesar de alegar uma ausência na sua formação em nenhum momento da entrevista ela informou se buscou ajuda ou se teve um auxílio da gestão ou supervisão da escola para mediar tais conflitos.

As representantes da Casa de Acolhimento também atentam para essa situação de exclusão que os

adolescentes sofrem por serem alunos que residem no Acolhimento Institucional, uma das participantes do questionário explicou que "Por vezes os adolescentes são tratados de maneira diferenciada por simplesmente por serem do acolhimento", a outra participante em sua resposta colocou que "Às vezes são tratados de forma diferente sim, mas a Casa vai até a escola e através de um diálogo esclarece as questões".

Dessa forma destaco o estigma que esse adolescente carrega por ser um aluno que reside em uma Casa de Acolhimento, o sentimento de não pertencimento ao ambiente escolar é bastante presente, " alguns se sentem bem outros reclamam da forma diferenciada que são tratados" responde psicóloga na questão oito do questionário que diz respeito a como os adolescentes se sentem na escola.

Ao ler essa resposta eu lembrei o que uma das coordenadoras disse sobre o adolescente na escola "Não o considero como aluno e sim como um frequentador". O que eu percebi através dessa afirmação foi uma negação ao direito desse aluno, como essa fala tem repercutido na rotina escolar desse adolescente, quais são as contribuições a esse sentimento de não pertencimento ao ambiente escolar enfrentado por esse aluno.

Em vários momentos das entrevistas com os professores eles falaram sobre as dificuldades de fazer um trabalho ou aplicar uma metodologia com esse adolescente, mas não foi percebido entre as falas uma possível intervenção ou algo que foi feito para que esse aluno permanecesse em sala de aula.

Em uma das minhas visitas a escola com o PROBEX/2017 um dos professores deixou bem claro que " Precisamos de ajuda", e estávamos ali para ouvi-los e tentar entendê-los e passar um pouco das nossas experiências com os adolescentes que residem nas Casas de Acolhimento.

Ao relatar sobre como eram feitas as ações do projeto nas Casas os professores se demonstraram bastante curiosos e de certa forma incrédulos por termos conseguido efetivar o que foi proposto para o acompanhamento personalizado daquele adolescente. Quando os professores dizem que não conseguia que esse adolescente permanecesse em sala de aula, ou só apontavam as várias dificuldades que enfrentava com

ele. A partir do momento em que nos propomos a falar das nossas ações eles perceberam que existia a possibilidade de efetivação de um trabalho significativo.

E atribuímos o bom desempenho das ações ao diálogo que tivemos com as Casas, a uma parceria que foi fundamental para que pudéssemos estar por dois anos seguidos fazendo com que os objetivos do projeto fossem alcançados.

Considerando esses fatores como influenciadores tanto no desenvolvimento pessoal desse adolescente quanto escolar fica claro como tem se dado esse diálogo entre as duas instituições, foram também compreendidos e identificados através da pesquisa alguns problemas e obstáculos que tem dificultado o processo de escolarização dos adolescentes acolhidos institucionalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise sobre a concepção dos profissionais da educação em relação aos alunos acolhidos, uma verificação sobre a existência de diálogo entre a Casa de Acolhimento e a escola, e uma reflexão acerca de como essa relação da escola com a Casa de Acolhimento tem sido importante na promoção da escolarização dos alunos institucionalizados, a partir do Probex/2016 trago essas inquietações ao decorrer da minha formação como pedagoga, aluna e participante de um projeto de pesquisa e extensão.

Antes de fazer parte do projeto eu não tinha o conhecimento sobre o que eram essas Casas como funcionavam e a que público atendiam, recordo-me de ter feito uma conclusão precipitada e preconceituosa nos primeiros instantes quando li o edital do projeto. Como não tive acesso anteriormente sobre a existência dessas Casas o que sabia eram informações muito vagas e a maioria errôneas. E só foi possível um melhor entendimento sobre a realidade das Casas de Acolhimento e dos adolescentes que nelas residem após o início do projeto.

Desde o primeiro contato com os adolescentes que residem nas Casas de Acolhimento eu percebi a baixa autoestima que esses sujeitos carregavam por causa da sua trajetória de vida e conseqüentemente por residir em um Acolhimento Institucional. Quando o assunto era sobre a escola sempre se tornava uma conversa tediosa para o adolescente e na minha primeira visita a escola pude entender o discurso de alguns adolescentes.

Como aluna e futura pedagoga eu não pude me abster da realidade que encontrei ao chegar na escola, eu senti na pele um pouco do que esses adolescentes passam ao não se sentir pertencente a um local, a um grupo. Os olhares discriminatórios e falas confusas sobre quem eram esses adolescentes me despertou a questionar de onde surgia essa ausência de informação.

Partindo disto no ano de 2017 minha pesquisa ganhou ainda mais sentido e me propus a investigar sobre os objetivos indicados nessa pesquisa, ao fazer parte das oficinas e círculos de diálogos que foram feitos

ao decorrer do projeto nas escolas pude me deparar várias vezes com alguns discursos desprovidos sobre os adolescentes residentes em casas de acolhimento, professores e gestores que “não sabiam o que fazer com esses alunos”.

Algumas escolas se sentiam despreparadas para receber esse aluno por falta de conhecimento sobre o tema abordado ou até mesmo pelas condições físicas e estruturais da própria escola, alegando que alguns alunos precisariam de outro tipo de estrutura ou rotina para permanecer na escola. Outras destacaram a falta de apoio dos órgãos públicos para que o atendimento necessário a esses adolescentes fosse feito de maneira correta, a falta de psicólogos e psicopedagogos nas escolas dificultava bastante a comunicação com os alunos.

Para responder a um dos objetivos desta pesquisa que era identificar a concepção dos profissionais da educação em relação aos adolescentes residentes em casas de acolhimento, através do que foi analisado os professores apresentaram uma concepção cheia de dúvidas sobre o Acolhimento Institucional e sobre o próprio adolescente, a pouca informação que eles têm na maioria das vezes são errôneas e sem concretude.

A ausência de informação sobre o histórico de vida e escolar dos adolescentes foi visto como um dos fatores que dificultaram o processo de aprendizagem do aluno, professores com poucas informações relatam que sem esses esclarecimentos o seu planejamento não pode ser desenvolvido de maneira significativa e não sabiam o que fazer e como agir perante o contexto no qual o adolescente está inserido.

Atribui-se também essa questão a falta de uma formação continuada para os professores, um preparo para lidar com essas questões, é perceptível nesse momento a importância da participação das Casas de Acolhimento nos planejamentos escolares para que acontecesse uma atuação preventiva, uma parceria entre as duas instituições para a promoção de uma atuação mais ética e eficaz que se tornasse capaz de esclarecer as dúvidas e os anseios dos professores e demais envolvidos no processo escolar desse aluno.

A exclusão e o desrespeito ocasionado pela turma que não sabe lidar com a condição desse adolescente é algo que não posso deixar de mencionar, e caberia ao professor fazer com que sua turma reflita sobre as diferenças encontradas em sala de aula, mas se ele mesmo diz que não foi formado para lidar com tal situação como podemos reverter esse atual contexto?

É preciso que aconteça uma reflexão sobre tais causas e que esses adolescentes sejam considerados como sujeitos capazes de superar seus traumas e recriarem suas próprias histórias. Mas para que isso aconteça o processo de diálogo e escuta deve se fazer presente na construção da autonomia desse aluno.

Relembrando o que Bernad Charlot (2000) declara acerca das condições de fracasso nas quais os alunos estão inseridos ou que já passaram como fatores que influenciam e podem interferir no seu futuro, mas que não são determinantes para sua condição de vida futura e que são sujeitos capazes de redimensionar suas ações.

Através das falas e questionário foi possível alcançar um dos objetivos da pesquisa que era verificar ações de diálogo entre a escola e a Casa de Acolhimento sendo enfatizado o diálogo entre a Escola e a Casa de Acolhimento como uma das grandes dificuldades que as duas instituições enfrentam, tornando mais difícil o processo educacional desses alunos.

Ao decorrer da pesquisa os objetivos propostos se cruzam em um único propósito: desde uma concepção distorcida que os profissionais da educação têm ao descrever o Acolhimento Institucional e conseqüentemente seu aluno, a ausência dessa relação que interfere diretamente na promoção da escolarização dos adolescentes acolhidos.

A escassez de informação, a necessidade de uma formação continuada para os professores, a indispensabilidade de ações de diálogo entre a Casa e a Escola refletem a importância de se investir nessa relação como proposto no último objetivo desta pesquisa.

Viu-se que existe várias contradições entre o que dizem os profissionais da educação e os profissionais da Casa de Acolhimento quando questionados sobre a relação e o diálogo entre as duas partes, percebe-se

que é mais cômodo culpabilizar a outra parte do que se posicionarem e em parceria tomar medidas contra as situações que acontecem e prejudicam todo o contexto educacional e familiar no qual esses adolescentes fazem parte.

Conclui-se que o diálogo que existe entre a Casa de Acolhimento e a escola acontece de maneira muito tímida, o discurso inclusivo que as Orientações Técnicas de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA; CNAS, 2009) não é aplicada de maneira efetiva pelas instituições o que confirma minhas inquietações ao perceber uma ausência nessa relação e reforça a necessidade de um trabalho direcionado para o fortalecimento dessa parceria que é de suma importância não só para o adolescente acolhido mas para todos os profissionais envolvidos nesse processo educativo e social.

Destaco ainda a contribuição dessa pesquisa para a minha formação acadêmica, pessoal e profissional. Através do PROBEX eu pude responder as minhas inquietações e dialogar com a universidade e a sociedade buscando trazer um retorno significativo e contribuições para uma temática ainda tão pouco discutida. Ao participar do projeto fui agraciada com a teoria relacionada a prática, pude fazer conexões de todas as vivências com os autores estudados e discutido ao longo desses anos, foi algo que me modificou como aluna e me fez compreender a importância de uma formação de qualidade o que futuramente me servira como base para outras fases da minha vida acadêmica e profissional.

REFERÊNCIAS

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF: CONANDA, 2006. Disponível em: . Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> . Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

_____. Congresso Nacional. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 16 de janeiro de 2018.

ASSIS, Simone Gonçalves de; FARIAS, Luís Otávio Pires. **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013.

BAPTISTA, M. V. **Um olhar para a história**. In: BAPTISTA, M. V (coord.). Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação. Coletânea abrigar; 1. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. Disponível em: <http://www.neca.org.br/wp-content/uploads/abrigo-miolo.pdf> . Acesso em: 09 de janeiro de 2018.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Guia de atuação para promotores de justiça da criança e do adolescente: Garantia do direito à convivência familiar e comunitária**. Brasília, 2017.

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social & CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (junho de 2009). **Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília. Recuperado de <http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/cnas-e-conanda-orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento-para-criancas-e-adolescentes-1>. Acesso em: 10 de janeiro 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura)

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º ed. São Paulo: atlas, 2008.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas**. Artigo 2004, p.357- 363.

LORENZI, Gisella Werneck. **Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil**. 2016. Disponível em: <http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/noticia/uma-breve-historia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-no-brasil/> Acesso em: 10 de janeiro de 2018

MACHADO, Sandra. Equipe do Acolhimento Institucional faz interface entre escolas e abrigos. **Entrevista MultiRio: A mídia educativa da cidade**. 09 Agosto 2017. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagensartigos/reportagens/12742-equipe-do-acolhimento-institucional-faz-interface-entre-escolas-e-abrigos> Acessado em: 20 de janeiro de 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. p.9-29 In: MINAYO; Maria Cecília de Souza: DESLANDES; Suely Ferreira: GOMES; Romeu: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

NOVAES, Maria Helena. **A carência afetiva e sua repercussão na adaptação escolar**. Arquivo Brasileiros de Psicotécnica, v.17, n.2. 1965. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/15066/13958>. Acessado em: 10 de agosto de 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAOPORT, Andrea; DA SILVA, Sabrina Boeira. **Desempenho escolar de crianças em situação de vulnerabilidade social**. REVISTA EDUCAÇÃO EM REDE: FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE - ISSN 2316-8919, [S.l.], v. 2, n. 2, abr. 2013. ISSN 2316-8919. Disponível em: <http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/educacaoemrede/article/view/410>. Acesso em: 03 janeiro 2018.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**. Percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. p. 288.

SAYÃO, Yara; TRONNOLONE, Miriam. MASSARO; Sueli Regina. **Oficina “O Serviço de Acolhimento e as Escolas: Desafios e Possibilidade”**. 29 de abril de 2017. Disponível em:<<http://www.fazendohistoria.org.br/blog-geral/2017/5/24/sistematizacao-da-oficina-o-servio-de-acolhimento-e-as-escolas-desafios-e-possibilidades>> Acessado em: 15 de janeiro de 2018.

SILVA, E. R. A.; GUERESI, S. Levantamento nacional dos abrigos para crianças e adolescentes da rede de serviço de ação continuada (SAC). In: **Relatório de Pesquisa número 1**. IPEA. Diretoria de Políticas Sociais Brasília, DF, 2003. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/abrigos.pdf>> Acesso em: 22 de janeiro de 2018.

APÊNDICE – A

Questionário do coordenador e psicóloga da Casa de Acolhimento:

1º - Vocês enfrentam alguma dificuldade para matricular os adolescentes na escola?

() Sim () Não

Caso sim, assinale algumas dessas dificuldades?

() Preconceito por ser um adolescente de casa de acolhimento.

() Falta de vagas na escola.

() Por não saber o que é uma casa de acolhimento.

() outro especifique: _____

2º - Quando esses alunos chegam a escola é realizada alguma conversa sobre o histórico de escolarização e da vida desses adolescentes?

() Sim () Não

3º- Quando há planejamento na escola, há algum representante das casas de acolhimento fazendo parte?

() Sim () Não

4º- Há esse convite de participação?

() Sim () Não

5º- Você considera ser importante a comunicação entre a casa de acolhimento e a escola?

() Sim () Não

Explique:

6º- Você acha que os adolescentes são tratadas de maneira diferente pelos professores e gestão da escola?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte

Explique:

7º- Você acha que os adolescentes se sentem bem na escola?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte

Explique:

8º- Você acha que algum professor sabe da rotina do adolescente na casa?

☐ Sim ☐ Não

9º - Alguma vez algum professor ou gestor mostrou interesse em conhecer a casa?

☐ Sim ☐ Não

10º- A casa de acolhimento já fez esse convite?

☐ Sim ☐ Não

11º- Algum dos adolescentes já foi vítima de injustiça dentro da escola?

☐ Sim ☐ Não

Explique:

12º- A casa de acolhimento ajuda os adolescentes a resolverem seus problemas escolares?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte

Explique:

13º- A casa de acolhimento se envolve nas questões pedagógicas dos seus adolescentes?

☐ Sim ☐ Não

14º- Vão à escola saber como está o desenvolvimento do aluno nas disciplinas?

☐ Sim ☐ Não

APÊNDICE – B

Roteiro das questões das entrevistas dos professores e gestor da Escola Brasil

1° - Você sabe o que é uma casa de acolhimento?

2° - Saberíamos identificar se na sua sala de aula tem algum adolescente que reside em casa de acolhimento? - Se sim, como foi possível essa identificação? Quando esses alunos chegam a escola é feita alguma apresentação do histórico de escolarização e de vida desses adolescentes?

3° - Considerando seus conhecimentos o que você entende por ser um adolescente que reside em casas de acolhimento? (Os motivos que levarão esses adolescentes a tal situação.)

4° - Você conhece alguma política pública direcionada a esses adolescentes? Se sim, quais?

5° - A partir da sua área quais dificuldades você tem percebido para desenvolver as atividades com esses adolescentes?

6° - Você diria que há alguma diferença no processo de escolarização entre os adolescentes que se encontram em medida de proteção e os adolescentes que vivem com suas famílias de origem?

7° - Qual o papel das casas de acolhimento para o desenvolvimento desse processo de escolarização?

8° - Através do convívio com seus alunos você saberia dizer como é a rotina dos adolescentes nas casas?

9° - Já presenciou alguma situação marcante ou preocupante envolvendo um adolescente que reside em uma casa de acolhimento?

10°- Havendo essa situação você atribui a que?

11° - Alguns adolescentes possuem laudo médico você tem esse conhecimento?

12° - Quando é feito o planejamento na escola há algum representante das casas de acolhimento fazendo parte? Há esse convite de participação?

13°- Você considera ser importante a comunicação entre a casa de acolhimento e a escola?